



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA – MPB**

VALÉRIA ALVES DE FREITAS WERNECK

**A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO UNIVERSO DOS LIVROS ANTIGOS:
UM PANORAMA DA CLASSIFICAÇÃO NA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL E
BIBLIOTECAS COOPERANTES**

Rio de Janeiro, RJ

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA – MPB**

**A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO UNIVERSO DOS LIVROS
ANTIGOS: UM PANORAMA DA CLASSIFICAÇÃO NA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL E
BIBLIOTECAS COOPERANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB),
no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Organização e representação do conhecimento

Orientador: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Rio de Janeiro, RJ

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

W491

Werneck, Valéria Alves de Freitas

A organização do conhecimento no universo dos livros antigos: um panorama da classificação na fundação biblioteca nacional e bibliotecas cooperantes

/ Valéria Alves de Freitas Werneck. - Rio de Janeiro, 2024. 90f.

Orientador: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2024.

1. Classificação bibliográfica. 2. Livro antigo. 3. Biblioteca Nacional (Brasil). I. Miranda, Marcos Luiz Cavalcanti de. II. Título.

CDD - 025.4

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluna: Valéria Alves de Freitas Werneck

Título: A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO UNIVERSO DOS LIVROS
ANTIGOS: UM PANORAMA DA CLASSIFICAÇÃO NA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA
NACIONAL E BIBLIOTECAS COOPERANTES

Aprovado em:

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda - Presidente
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^a. Dra. Tatiana de Almeida – Titular Interno
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –UNIRIO

Prof^a. Dra. Olívia Manuela Marques Pestana - Titular Externo
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI
Universidade do Porto – UP

Prof^a. Dra. Kelly Castelo Branco da Silva Melo – Suplente Interno
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –UNIRIO

Prof^a Dra. Suellen Oliveira Milani – Suplente Externo
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal Fluminense – UFF

AGRADECIMENTOS

À Deus, Maria Nossa Mãe e todos os anjos e santos que me protegem e me guiam...

À família que Deus me deu, minha mãe, Rosa, que com sua imensa sabedoria de vida sempre me conduziu e apoiou, ao meu pai José (*in memoriam*) que se foi durante a realização desse trabalho, em plena pandemia de Covid-19 e deixou marcas que foram difíceis de transpassar para seguir em frente, minha irmã Viviane, com quem eu posso contar para todo sempre. Aos meus tios, em especial tio Dil, que sempre esteve tão perto apesar da distância física que sempre existiu.

À família que formei, ao meu marido Diogo, amigo e parceiro que se faz presente e me incentiva a seguir e realizar sonhos; à minha filha Luísa, que me ensina tantas coisas do alto dos seus 7 anos de idade; à minha bebezinha Laura que acabou de chegar nesse mundo quando menos esperávamos e enche nossas vidas de mais amor e alegria. E *in memoriam* do nosso bebê anjinho, que por poucas semanas ainda no meu ventre fez parte desse longo processo que por vezes pensei não conseguir concluir tão grande foi a dor de sentir sua partida. Ao professor e orientador Marcos Miranda, que desde os tempos da graduação sempre se mostrou um ser humano que estende a mão e olha pelo outro. Se não fosse toda a sua paciência, incentivo e palavras de apoio nos momentos mais difíceis eu não teria chegado até aqui.

Aos meus colegas do mestrado e a todos os professores e funcionários do PPGB, que foram resilientes e prosseguiram apesar da pandemia que inesperadamente mudou nossas vidas para sempre.

Aos meus colegas e amigos da Fundação Biblioteca Nacional, que apoiaram e torceram por mim antes mesmo do trabalho começar. Pessoas que se dedicam ao desafio constante de manter organizada e viva a memória bibliográfica do nosso país.

Aos amigos que fiz por essa vida e que fazem parte da minha caminhada.

Às professoras que aceitaram compor a banca, contribuindo para o aperfeiçoamento da pesquisa.

RESUMO

As bibliotecas nacionais podem ser vistas como espaço de perpetuação da história de uma sociedade que se projeta nos documentos que estão sob sua guarda, mas para que haja esse reconhecimento e apropriação dessa memória é necessário que suas coleções estejam organizadas e que sejam reveladas ao público. A classificação e a indexação são atividades fundamentais do processamento técnico e essenciais para a recuperação da informação, facilitando o acesso aos documentos. A representação do conhecimento de livros antigos impõe certo grau de dificuldade, considerando as peculiaridades que envolvem tanto a produção intelectual quanto material dessas obras. Nesse contexto, essa pesquisa se propõe a verificar a existência de políticas e manuais de classificação em bibliotecas nacionais que cooperem com a Biblioteca Nacional do Brasil, tais como Biblioteca Nacional da Argentina, Biblioteca Nacional da Espanha, Biblioteca Nacional da França, Biblioteca Nacional de Portugal e *Library of Congress* e investigar a aplicação dos Sistemas de Organização do Conhecimento no processamento de livros produzidos entre os séculos XV e XVIII. Caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, desenvolvida de forma exploratória e descritiva. Apresenta como proposta o estabelecimento de diretrizes para subsidiar uma política de classificação dos livros antigos, que seja passível de aplicação pela Biblioteca Nacional do Brasil.

Palavras-Chave: classificação bibliográfica; livro antigo; Biblioteca Nacional (Brasil).

ABSTRACT

National libraries can be seen as a space for the perpetuation of the history of a society that is projected in the documents that are under its custody, but for this recognition and appropriation of this memory to occur, its collections must be organized and revealed to the public. Classification and indexing are fundamental activities of technical processing and essential for information retrieval, facilitating access to documents. The representation of knowledge from old books imposes a certain degree of difficulty, considering the peculiarities that involve both the intellectual and material production of these works. In this context, this research aims to verify the existence of classification policies and manuals in national libraries that cooperate with the National Library of Brazil, such as the National Library of Argentina, National Library of Spain, National Library of France, National Library of Portugal and Library of Congress and investigate the application of Knowledge Organization Systems in the processing of books produced between the 15th and 18th centuries. It is characterized as applied research, which will be developed in an exploratory and descriptive way. It presents as a proposal to develop guidelines to support a policy of classification of old books, which can be applied by the National Library of Brazil.

Keywords: bibliographic classification; old book; National Library (Brazil)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultado da pesquisa bibliográfica na Brapci

Quadro 2 – Resultado da pesquisa bibliográfica na BDTD

Quadro 3 – Resultado da pesquisa bibliográfica na LISTA

Quadro 4 – Resumo da pesquisa

Quadro 5 – Fases da classificação

Quadro 6 – Acordos de cooperação

Quadro 7 – Dados gerais

Quadro 8 – Procedimentos gerais de classificação

Quadro 9 – Políticas de classificação

Quadro 10 - Classificação de livros raros/antigos (séc. XV a XVIII)

Quadro 11 – Formação de profissionais

Quadro 12 – Observações finais

Quadro 13 – Existência de documentos normativos disponíveis para acesso público.

Quadro 14 - Bibliotecas consultadas e resultados encontrados

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABN	Agência Bibliográfica Nacional
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNE	Biblioteca Nacional de España
BNF	Biblioteca Nacional da França
BNMM	Biblioteca Nacional Mariano Moreno de la Republica Argentina
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBU	Controle Bibliográfico Universal
CCH	Centro de Ciências Humanas e Sociais
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CPP	Centro de Processamento e Preservação
FBN	Fundação Biblioteca Nacional (Brasil)
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LC	Library of Congress
LISTA	Library, Information Science & Technology Abstracts
MPB	Mestrado Profissional em Biblioteconomia
PLANOR	Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras
PPGB	Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
SEORA	Seção de Obras Raras
SIAH	Subprojeto de Integração Acervo Histórico

SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 METODOLOGIA	15
3 BIBLIOTECAS NACIONAIS	22
3.1 Fundação Biblioteca Nacional: formação de uma coleção.....	23
3.2 A biblioteca como estoque de informação e memória.....	24
3.3 A biblioteca e o patrimônio bibliográfico	26
3.4 Os livros antigos e raros	28
3.5 A Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Brasil.....	32
4 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	36
4.1 Da organização do conhecimento e da classificação: representação da informação	36
4.2 Evolução do conhecimento: classificação do conhecimento e seus sistemas	38
4.3 Classificação	42
4.4 A Organização do conhecimento e a Biblioteca Nacional.....	46
5 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	51
5.1 Bibliotecas e acordos de cooperação	51
5.2 Políticas e manuais de classificação em bibliotecas nacionais.....	54
5.3 Panorama da política de classificação das bibliotecas nacionais que cooperam com a FBN	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	72
APÊNDICE B – DIRETRIZES	77

1 INTRODUÇÃO

A classificação e a indexação têm se configurado como atividades fundamentais do processamento técnico e essenciais para a recuperação da informação, uma função necessária da Fundação Biblioteca Nacional brasileira (FBN), diante de sua missão estatutária: “atuar como centro nacional de informações bibliográficas” (BRASIL, 2014, Art. 2º, III).

No contexto dessa missão, a classificação e indexação assumem significativo grau de dificuldade quando o objeto da representação do conhecimento para gerar informações bibliográficas envolve livros raros – aqui definidos, restritamente, como livros antigos, isto é, impressos artesanalmente, desde o advento da tipografia, em cerca de 1440 (LYONS, 2011, p. 55) até antes de 1801 (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1985).

O livro antigo possui especificidades não encontradas em publicações correntes, apresentando características únicas, que testemunham a evolução editorial do livro, tais como: títulos extensos e repetitivos; múltiplas versões de páginas de rosto (além da página de rosto, propriamente dita, a página de rosto adicional, a falsa página de rosto, a página de título); e dados de responsabilidades traduzidos para a língua culta da época de publicação (comumente, o latim). Esses aspectos exigem atenção do catalogador e pesquisas extensas sobre a obra e o exemplar [...] (SILVA, 2018, f. 10-11).

Essas especificidades exigem do Bibliotecário de Livros Raros, além do domínio terminológico de sua especialidade, o conhecimento da História do Livro em suas múltiplas formas de expressão – intelectual e material (ROUYEYRE, 1899). Por isso, há evidente dificuldade em reconhecer e associar os assuntos dos livros raros, cabíveis de adequação à sistemas de organização do conhecimento como a Classificação Decimal de Dewey (2011) e à Lista de Cabeçalhos de Assuntos da Library of Congress (2019).

a obviedade desse problema não expressa a amplitude de seu alcance, especialmente, quando se avalia que a riqueza de conteúdo de um livro antigo, registrado muitas vezes por autores polímatas, não se traduz com a atribuição de cabeçalhos de assuntos, ordenados para acervos correntes, posto que não representam a abordagem dos autores no contexto de suas produções (PINHEIRO, 2018, p. 67).

Essa afirmação, que fundamenta a dificuldade da classificação dos livros antigos, encontra ressonância em Cave (1976), quando este diz que apesar de sugerir que a coleção de livros raros deve ser catalogada e classificada segundo as políticas normais da biblioteca, deve-se ponderar até que ponto uma rotina de classificação de assuntos das coleções especiais é válida, considerando a mudança nos modos do homem pensar e organizar o conhecimento ao longo dos tempos.

Segundo Barbosa (1969) “classificar é na realidade, a tarefa mais importante de uma biblioteca, pois constitui o meio pelo qual os livros são utilizados”, ou seja, permite que o livro seja localizado facilmente tanto pelo bibliotecário como pelo usuário, uma vez que a classificação bibliográfica se ocupa da organização em classes de assuntos ao mesmo tempo que se preocupa com a disposição física das obras.

É fato recorrente que “muitas vezes os organizadores das bibliotecas não sabem onde guardar alguns livros, pairando em dúvida entre dois ou três locais igualmente apropriados.” (BURKE, 2016, p. 85). É evidente que esse tipo de indecisão ocorre na organização de qualquer tipo de acervo, não é uma prerrogativa do livro antigo, apenas se manifesta de forma mais rotineira no processo que envolve a representação dessas obras.

Representar o conhecimento significa substituir uma entidade, nesse caso o conteúdo de um livro, por um símbolo que o identifique, ou seja, que represente a informação que está contida nesse objeto. Essa representação é realizada pela classificação e indexação, que são atividades fundamentais do processamento técnico de uma biblioteca e essenciais para a recuperação da informação.

Faz-se necessário compreender a evolução dos estudos da organização do conhecimento e analisar o contexto histórico em que os sistemas de classificações bibliográficas foram criados (BURKE, 2003),

os estudos sobre a organização do conhecimento têm ligação com as pesquisas sobre a história do livro e da escrita, uma vez que os meios, utilizados para comunicar as ideias, representam um componente importante na relação leitor-texto, pelo fato de condicionarem os próprios modos de pensar. Dessa forma, a relação que se estabelece entre esses componentes influenciará a produção do conhecimento e, logo, a sua organização (PINHO, 2009, p. 21).

A história da Biblioteca Nacional, bem como da sua Seção de Obras Raras, deve ser elucidada para que os resultados encontrados possam refletir e ser interpretados dentro do contexto em que estão inseridos.

Cabe salientar que a Biblioteca Nacional, embora guarde particularidades inerentes ao seu *status* de guardião do patrimônio bibliográfico nacional, é uma biblioteca que tem o dever de fornecer informação a todos, através de ações que atendam às demandas da sociedade e a aproxime dos cidadãos, garantindo acesso à informação e democratizando o conhecimento.

A motivação para a pesquisa surgiu a partir de situações vivenciadas durante a rotina de trabalho na Seção de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional a partir de 2015, ano em que assumi o cargo de bibliotecária nessa Seção após aprovação em concurso público.

Há muitos anos, não se procede à classificação e indexação atribuindo números de classificação e cabeçalhos de assunto às obras depositadas na Seção de Obras Raras, ação justificada internamente pelas muitas dificuldades encontradas no processamento técnico dos livros antigos e pela adoção do sistema de localização fixa na biblioteca, que não prescinde de adoção de ordem sistemática no arranjo do acervo. Ao longo do tempo, fui observando que essa decisão não era compartilhada por todo o corpo de bibliotecários e que embora tornasse mais ágil a finalização do processamento técnico e a consequente disponibilização do acervo ao leitor, nem sempre era garantia de que a pesquisa recuperasse resultados satisfatórios, uma vez que, com a ausência de descritores de busca por assunto, dependia exclusivamente da *expertise* do pesquisador e da memória do bibliotecário durante a entrevista de referência.

Em contrapartida, a dificuldade para classificar e indexar livros antigos é uma realidade verificável pelas diferenças entre a representação do conhecimento nos esquemas de classificação e nas—listas de cabeçalhos de assuntos e a representação do conteúdo das mesmas obras, de mesmos autores e edições, nos catálogos de diferentes bibliotecas guardiãs. Deve-se considerar que, os bibliotecários têm dificuldade para classificar livros antigos a partir da utilização da Classificação Decimal de Dewey (2011) e tendem a representar a informação registrada nessas obras atribuindo notações genéricas, identificadas terminologicamente por cabeçalhos de assuntos incompatíveis com o estágio de

evolução do conhecimento que é objeto da análise.

Segundo Cave (1976), “tentar, por exemplo, organizar uma coleção de teologia do século XVII, de acordo com as ideias de classificação do século XIX ou XX, pode ser um exercício frustrante e amplamente inútil” (tradução nossa)¹. No entanto, o autor adverte que poderá ser útil, se o esquema de classificação for utilizado para organizar a coleção nas estantes e para obter entradas de assunto para as obras nos catálogos, embora outros arranjos de livros e de entradas nos catálogos possam ser considerados superiores.

Considerando a afirmativa de Cave (1976), compreendemos a falta de consenso entre o corpo técnico e a dificuldade de se definir uma solução. Após uma pesquisa no acervo da própria Biblioteca Nacional, Cave foi o único autor encontrado que trata desse assunto, embora utilize apenas pouco mais de uma página para tal. Vale ressaltar que o livro é da década de 70 e publicado nos Estados Unidos, na literatura nacional, não observamos estudos que abarquem essas duas temáticas: classificação bibliográfica e livros antigos.

Surge, assim, a motivação para a pesquisa e a necessidade de analisar qual a eficácia da utilização de esquemas de classificação para livros antigos e quais consequências podem ser observadas quando se decide por não classificar.

A importância da coleção exige uma resposta a partir de uma discussão aprofundada, não pode ser uma decisão que mude a cada gestão, é necessário que siga diretrizes e se transforme em uma política institucional.

Desta forma temos como objetivo geral: verificar a existência de políticas e manuais de classificação em bibliotecas nacionais que cooperem com a Biblioteca Nacional do Brasil, e suas diretrizes para processamento de livros antigos. E como objetivos específicos:

a. Elencar políticas e manuais de classificação vigentes das bibliotecas nacionais que cooperam com a Biblioteca Nacional do Brasil.

¹ To attempt, for example, the close organization of a collection or early 17th century theology according to 19th or 20th century ideas of classification will be a frustrating and largely useless exercise.

b. Investigar a aplicação dos SOC, no processamento técnico de livros antigos na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Brasil.

c. Desenvolver diretrizes para subsidiar uma política de classificação dos livros antigos, que seja passível de aplicação pela Biblioteca Nacional do Brasil.

A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos aplicados para alcançar os objetivos dessa pesquisa, que é de natureza aplicada e se desenvolverá de forma exploratória e descritiva, utilizando pesquisas documental e bibliográfica.

Nas seções três e quatro construiremos o referencial teórico, primeiro discutiremos o papel que desempenham as bibliotecas nacionais na formação da identidade nacional, enfatizando a importância do patrimônio bibliográfico como representação da cultura de um país, apresentaremos a Fundação Biblioteca Nacional e a Seção de Obras Raras. Em seguida, discorreremos sobre a evolução dos sistemas de organização do conhecimento e sobre padrões de representação que foram adotados na Biblioteca Nacional e consequentemente na Seção de Obras Raras ao longo de sua existência.

Na seção cinco serão expostos os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada com as bibliotecas selecionadas, instituições que possuem acordo de cooperação com a BN. Apresentaremos as respostas ao questionário e as pesquisas realizadas nos portais institucionais.

Na sexta seção apresentaremos as conclusões obtidas a partir dos resultados coletados e apontaremos sugestões para continuidade de novos estudos sobre o tema, além disso, faremos considerações sobre a aplicação prática para a FBN.

E por fim, no apêndice B, anexaremos um guia com diretrizes para subsidiar a elaboração de uma política de classificação para a Seção de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

2 METODOLOGIA

Desenvolvemos uma pesquisa de natureza aplicada, que se desenvolverá de forma exploratória e descritiva, no intuito de alcançar os objetivos propostos. A pesquisa exploratória permite que o tema seja investigado amplamente, segundo Gil (2008), é a opção quando se trata de um assunto que, a princípio, não é explorado. Já a pesquisa descritiva possibilita esmiuçar as questões que se apresentam como problema a partir de suas características.

Para o estabelecimento do nosso quadro de referência, utilizaremos pesquisas do tipo documental e bibliográfica, discutiremos a aplicação de sistemas de organização do conhecimento no processamento técnico da Seção de Obras Raras e analisaremos como esses processos se desenvolvem em outras bibliotecas nacionais por meio de pesquisa empírica.

Iniciamos com a pesquisa bibliográfica visando identificar o que já foi estudado e publicado sobre o tema a fim de fundamentar o referencial teórico. Em seguida, pretendíamos realizar a pesquisa documental nos documentos administrativos da Biblioteca Nacional que ficam arquivados na Seção de Manuscritos, mas fomos surpreendidos pela suspensão das atividades presenciais da biblioteca devido à pandemia de Covid-19, em março de 2020. Cientes da publicação de relatórios administrativos nos Anais da Biblioteca Nacional, realizamos a pesquisa nos volumes dessa coleção que está digitalizada e disponível no site da Biblioteca Nacional Digital. Os Anais da Biblioteca Nacional são uma publicação periódica que teve início em 1876 na administração de Benjamin Franklin Ramiz Galvão e agora em 2022 conta com 140 números, além de documentos administrativos também são publicados estudos que divulgam o acervo e a atividade técnica da instituição (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (Brasil), 2014). Essa pesquisa nos Anais acabou retornando mais material bibliográfico, em detrimento de documentação administrativa que tratasse da organização do acervo da biblioteca e envolvesse diretamente os sistemas de organização do conhecimento.

A pesquisa documental seguirá com análise de documentos da IFLA e de instituições congêneres que possuam guias consolidados de aplicação dos sistemas de classificação bibliográfica.

O levantamento bibliográfico foi, inicialmente, realizado de setembro a dezembro de 2019 e uma revisão foi feita nos primeiros meses de 2021 e ao longo de 2023 para identificar possíveis novos resultados, visto que algum tempo havia se passado e mais material poderia ter sido publicado. Como houve diferença que impactou no resultado da pesquisa, optamos por apresentar a tabela mais recente. Foram utilizadas três bases de dados especializadas, a saber: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação - BRAPCI, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e *Library, Information Science & Technology Abstracts* - LISTA.

Os termos de busca utilizados foram: “biblioteca nacional”; “livros raros”; “livros antigos”; “classificação bibliográfica”; classificação e livros raros; “patrimônio bibliográfico”. A pesquisa também foi feita pelos termos correspondentes em língua inglesa, “*national library*”; “*old books*”; “*rare books*”; “*bibliographic classification*”; “*classification and rare books*”; “*bibliographic heritage*”.

Os resultados serão apresentados nos quadros abaixo, que exibem os termos usados e indicam a quantidade de documentos recuperados, selecionados e relevantes. As buscas foram feitas nos campos palavras-chave ou assunto e título, foi utilizado o indicador booleano *AND* na combinação das palavras-chave a fim de recuperar termos casados. Não delimitamos um período cronológico para restringir a pesquisa, uma vez que já contávamos com a escassez de publicações sobre o tema, como se apresenta a seguir:

Quadro 1 – Resultado da pesquisa bibliográfica na Brapci

Brapci Termo	Localizados	Selecionados
Biblioteca nacional <i>National library</i>	52	29
Livro antigo <i>Old book</i>	10	8
Livros raros <i>Rare book</i>	15	12

Classificação bibliográfica <i>Bibliographic classification</i>	15	11
Classificação e livros raros <i>Classification and rare books</i>	0	0
Patrimônio Bibliográfico <i>Bibliographic heritage</i>	23	15
Total	115	75

Fonte: A autora, 2023

Quadro 2 – Resultado da pesquisa bibliográfica na BDTD

BDTD Termo	Localizados	Selecionados
Biblioteca nacional <i>National Library</i>	14	5
Livro antigo <i>Old book</i>	3	1
Livros raros <i>Rare books</i>	20	9
Classificação bibliográfica <i>Bibliographic classification</i>	14	7
Classificação + livros raros <i>Classification and rare books</i>	0	0
Patrimônio bibliográfico <i>Bibliographic heritage</i>	3	2
Total	54	24

Fonte: A autora, 2023

Quadro 3 – Resultado da pesquisa bibliográfica na LISTA

LISTA Termo	Localizados	Selecionados
Biblioteca nacional <i>National library</i>	630	

Livro antigo Old book	6	2
Livros raros <i>Rare books</i>	101	
Classificação bibliográfica <i>Bibliographic classification</i>	121	
Classificação + livros raros <i>Classification and rare books</i>		
Patrimônio bibliográfico <i>Bibliographic heritage</i>	12	7
Total	870	

Fonte: A autora, 2023

O resultado da pesquisa bibliográfica retornou documentos que embasaram o referencial teórico, mas apesar do quantitativo geral de itens, e da quantidade selecionada como relevante, recuperamos apenas 1 artigo que menciona atividades de classificação e indexação específicas para livros antigos, publicado em 1995, decorrente do trabalho de indexação realizado na Biblioteca Nacional de Portugal.

Sendo assim, a pesquisa empírica se sobressai por ser nossa maior fonte de informação, onde buscaremos compreender de que forma outras bibliotecas do porte da Biblioteca Nacional lidam com a classificação de seus livros antigos.

Nessa fase da pesquisa iremos investigar o processo de classificação de livros antigos em bibliotecas congêneres. Em um primeiro momento decidimos investigar as bibliotecas a partir de suas bases de dados da *Web* e no decorrer dessa pesquisa percebemos que seria mais produtivo entrar em contato com cada instituição para obter dados mais atualizados e entender melhor as decisões tomadas por cada uma. Em seguida, iremos analisar essas respostas para verificar se existe um padrão, uma teoria que embase as decisões técnicas que dizem respeito à classificação, se há estudos aprofundados, práticas consolidadas ou apenas uma tendência a ser seguida.

De posse dos resultados, nosso intuito é formular diretrizes que possam orientar as tomadas de decisões na Seção de Obras Raras, a fim de padronizar as atividades voltadas para a classificação dos livros mais antigos do acervo.

A seguir, detalharemos a escolha do grupo de bibliotecas que foram selecionadas para a pesquisa. Partimos de uma proposta, que se mostrou insuficiente após analisarmos as bases de dados de cada instituição que compunha esse grupo, o que nos obrigou a formular uma segunda opção que se mostra mais condizente com o recorte cronológico do acervo que está sendo estudado.

- Proposta 1:

Estudo comparado dos produtos de classificação de bibliotecas nacionais da América Latina, de Portugal e a *Library of Congress*. Quando optamos por bibliotecas na América do Sul, pretendíamos investigar como esses processos estão sendo conduzidos em nossos países vizinhos, com quem a BN muitas vezes coopera através de acordos de parceria para tratamento e divulgação dos acervos. Portugal, pela própria história de formação da nossa biblioteca, que tem seu acervo originário procedente do país. E a *Library of Congress*, biblioteca que produz a lista cabeçalhos de assuntos utilizada como base para nosso catálogo de autoridades.

- Proposta 2:

Estudo comparado dos produtos de classificação de bibliotecas nacionais que mantém acordo de cooperação com a Biblioteca Nacional do Brasil, a saber, Biblioteca Nacional da Argentina, Biblioteca Nacional da Espanha, Biblioteca Nacional França, Biblioteca Nacional de Portugal. E *Library of Congress*.

As bibliotecas nacionais que mantém cooperação com a FBN possuem vasto acervo que se enquadra no escopo da pesquisa, ao contrário de muitas bibliotecas nacionais latino-americanas, que se desenvolveram a partir do século XIX, diferente da biblioteca nacional brasileira, que possui uma história peculiar de formação da sua coleção.

Após a seleção das bibliotecas o primeiro passo foi identificar em seus *websites* quaisquer documentos relativos à classificação e à indexação bibliográfica, ainda que não houvesse enfoque em livros antigos.

Em seguida, enviar e-mails para as mesmas instituições a fim de questionar não só a existência como o uso desses documentos e por ventura, outros que não estejam disponíveis ao público.

Ao retomar o objetivo geral, elaboramos os métodos para se atingir os objetivos específicos. A seguir, é possível visualizar resumidamente as ações necessárias para o cumprimento dos objetivos propostos.

Quadro 4 – Resumo da Pesquisa

Questões de pesquisa:	Quais bibliotecas nacionais possuem documentos normativos relativos à classificação bibliográfica, e que possuam apontamentos para o processamento técnico de livros antigos? Quais são as particularidades que envolvem a classificação de livros antigos na Biblioteca Nacional do Brasil? Quais impactos podem ser observados na recuperação de livros antigos classificados a partir da adoção ou não dos sistemas de classificação modernos?	
Objetivo geral:	Verificar a existência de políticas e manuais de classificação em bibliotecas nacionais que cooperem com a Biblioteca Nacional do Brasil, e suas diretrizes para processamento de livros antigos.	
Objetivos específicos	Etapas metodológicas	Resultados
1- Elencar políticas e manuais de classificação vigentes nas bibliotecas cooperantes	Determinação de critérios de seleção do campo de análise	Seção 5
	Pesquisa nos sites das bibliotecas selecionadas políticas de classificação disponíveis para acesso público	Seção 5
	Pesquisa nos sites das bibliotecas selecionadas manuais de classificação disponíveis para acesso público	Seção 5

2- Investigar a aplicação dos SOC, no processamento técnico de livros antigos na BN	Pesquisa nos documentos administrativos da FBN	Seção 4
	Pesquisa nos Anais da BN do Brasil	Seção 4
3- Desenvolver diretrizes para subsidiar uma política de classificação de livros antigos que seja passível de aplicação pela Biblioteca Nacional do Brasil	Identificação de itens que sejam essenciais para a elaboração de uma política de classificação de livros antigos a partir dos resultados da pesquisa	Seção 6
	Estabelecimento de diretrizes para a classificação de livros antigos	Apêndice B

3 BIBLIOTECAS NACIONAIS

Quando se fala em bibliotecas, podemos observar diferentes interpretações para essa entidade, seja como *estoque informacional* (BARRETO, 2000), como *lugar de memória* (NORA, 1993), como *monumento* (LE GOFF, 2003). Dentre as diversas tipologias de biblioteca, a biblioteca nacional pode ser definida a partir de todas essas interpretações. As bibliotecas nacionais, são locais que representam por intermédio de seus acervos e de suas ações de difusão da memória e produção intelectual, a identidade cultural de um povo.

O desenvolvimento das coleções e a forma como elas estão organizadas influenciam nessa percepção de identidade e no acesso do pesquisador ao conhecimento.

Monte-Mór (1987) relata que as primeiras bibliotecas nacionais surgiram no século XVIII na França, quando a Biblioteca Real francesa foi declarada de propriedade nacional pela Convenção Nacional, ocasião que determinou que nela fossem depositados um exemplar de todas as publicações impressas no país, fato que seria o precursor do que entendemos hoje como depósito legal. Corroboram Grings (2018) que “as instituições hoje denominadas “bibliotecas nacionais” tiveram origem nas coleções das famílias reais europeias, no período medieval”.

Apesar do caráter de instituição secular, não há até hoje consenso sobre o papel que deve ser desempenhado pelas bibliotecas nacionais, conforme aponta Grings (2018). Apenas em meados do século XX, essas bibliotecas se tornaram objeto de discussão e ganharam espaço para debates na área, a partir da Conferência Internacional sobre a melhoria dos serviços bibliográficos promovida em 1950 pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO); e com a criação, no ano de 1952, da Seção de Bibliotecas Nacionais e Científicas da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), atual Seção de Bibliotecas Nacionais.

Esta Seção da IFLA segue, desde então, sendo um amplo espaço internacional de estudos e divulgação sobre o que é, que atividades deve desenvolver e qual deve ser o público alvo dessas instituições. Atualmente existem, segundo o mapa das bibliotecas da IFLA (2021), 317 bibliotecas nacionais no mundo, ainda que existam “apenas” 195 países internacionalmente reconhecidos.

Para a IFLA, Bibliotecas Nacionais são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todos os documentos relevantes publicados no país onde está localizada. Essa definição de “biblioteca nacional” permite a existência de mais de uma biblioteca nacional num mesmo país.

Monte-Mór (1987) já explicava que alguns países possuem mais de uma biblioteca com *status* de nacional, seja por “razões históricas, ou pela eficiência de certas bibliotecas”, citados por ela, Itália, Inglaterra e Estados Unidos da América, países considerados desenvolvidos, sendo assim ainda hoje.

Ao observar o processo de formação de diferentes bibliotecas, quase sempre nos deparamos com práticas de transferências, incorporações, mecenato, junção de coleções, doações e até mesmo compra de bibliotecas fechadas que irão compor a coleção fundadora de uma outra Biblioteca. Como afirma Nora (1993, p. 13), “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há mais memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários [...]”. Com a Biblioteca Nacional e, conseqüentemente, a criação de sua seção de obras raras, não foi diferente.

3.1 Fundação Biblioteca Nacional: formação de uma coleção

A Biblioteca Nacional do Brasil é a instituição cultural brasileira mais antiga do país com mais de 200 anos de história e se difere das demais bibliotecas nacionais pela forma como foi constituída, sua formação remonta à biblioteca real portuguesa, que com cerca de 70 mil volumes era considerada uma das melhores do mundo Europeu, sendo vista como “ícone da monarquia” (SCHWARCZ, 2002, p. 34).

Em 1755, ocorreu em Lisboa um grande terremoto seguido de incêndio, que destruiu toda a coleção. Foram muitos os esforços para a sua reconstrução e em 1807, ela já possuía cerca de 60 mil peças, foi esse acervo reconstituído, mas não menos imponente, que migrou para o Brasil e aqui aportou, parcialmente, com a família real em 1808, o restante do acervo veio em mais duas etapas, em 1810 e 1811. Apenas em 1814 a coleção foi posta à consulta pública, no Hospital da Ordem Terceiro do Carmo, sua primeira sede, onde permaneceu até 1858, ocasião de sua transferência para a Rua do Passeio. Por ocasião da nossa independência em 1822, com retorno da família real à Europa, a biblioteca ficou no Brasil e o governo imperial, em 1825, acertou sua compra através de empréstimo firmado junto à Inglaterra de

vultoso montante, 800 contos de réis, que foi pago à Coroa portuguesa. (GRINGS, 2018).

Anos mais tarde, em 1878, a biblioteca passou a se chamar Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e em 1910, mudou-se para a sede atual, construída especialmente para abrigá-la, devido ao crescimento exponencial do acervo que levou a sucessivas reivindicações de espaço maior e mais adequado. Se em 1814, ainda como Real Biblioteca, o acervo constava de mais de 60.000 volumes; em 1888 já ultrapassava os 170.000, acrescidos de 50.000 volumes encadernados, da Biblioteca do Imperador, doada após a Proclamação da República. (SANTOS apud MELLO, 1885).

Durante as décadas seguintes muitos acréscimos foram feitos, por doação ou compra, fazendo com que a biblioteca se tornasse uma das maiores do mundo e a primeira da América Latina. Atualmente, possui uma coleção de mais de 9 milhões de itens compostos por livros, manuscritos, periódicos, fotografias, mapas, gravuras, partituras, entre outras mídias e está em permanente crescimento.

3.2 A biblioteca como estoque de informação e memória

O que chamamos de estoques de informação: bibliotecas, arquivos e museus, são os grandes espaços de acúmulo de informações produzidas pela humanidade, no sentido de guarda e preservação do conhecimento humano registrado. Esses estoques desempenham papel fundamental não só no processo de preservação como na produção e distribuição da informação. Para Barreto (1994) a produção da informação está diretamente ligada a reunião, a seleção, a codificação, a redução, a classificação e ao armazenamento, sendo estas, etapas de ordenação e controle dos estoques, a que também denomina “repositório de informações”.

Conceituamos como estoques de informação toda a reunião de estruturas de informação. Estoques de informação representam, assim, um conjunto de itens de informação organizados (ou não), segundo um critério técnico, dos instrumentos de gestão da informação e com conteúdo que seja de interesse de uma comunidade de receptores [...] (BARRETO, 2000).

A definição acima evidencia como esses estoques podem interferir no conhecimento gerado por uma sociedade, visto que eles são processados e

organizados de acordo com técnicas e métodos de trabalho dos produtores do estoque, determinando então a sua distribuição e condicionando a produção do conhecimento (BARRETO, 1994).

Segundo Burke (2003, p. 12), “como empreendimento organizado, a sociologia do conhecimento remonta ao começo do século XX”, mas só em torno de 1930, passa-se a enfatizar os “detentores do conhecimento”, ou seja, os produtores dos estoques e a sua posição perante a produção e distribuição da informação, como possíveis controladores do saber.

Em todos os períodos da história da humanidade o homem vem manipulando o acesso as informações como forma de controlar e formar determinados grupos sociais, de acordo com interesses próprios, de modo que “a memória pode ser um instrumento de poder” (GONDAR, 2003, p.32).

A permanência da até então Biblioteca Real, no Brasil é um exemplo de como “o poder do livro e das bibliotecas sempre fora notável, e, como portadores de memória, tanto um como o outro também portam identidades.” (JUVÊNCIO, 2012, p. 202).

A propriedade do livro como documento, para além de suporte de informação, mas como transmissor de conhecimento de uma determinada sociedade e de afirmação de poder é descrito por Le Goff (2003, p. 538),

o documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta de esforços das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

Cada lugar de memória, através de suas políticas de aquisição, preservação e divulgação dos documentos, decide, ou pelo menos sugere, como essa imagem construída no passado será projetada no futuro, como essas memórias serão armazenadas e reveladas.

Por sua herança Real e por sua política de desenvolvimento de coleções ao longo da história, sobretudo em seu primeiro século de existência, privilegiando a captação (compra ou doação) de acervos considerados preciosos, pertencentes à

classe dominante, a Biblioteca Nacional acumula uma grande coleção de livros antigos e raros.

Na Biblioteca Nacional, as seções de acervo especial (Obras Raras, Iconografia, Manuscritos, Cartografia e Música) embora devam seguir as regras do restante da instituição no que tange à organização do acervo, são responsáveis pelo processamento completo da obra, desde o registro patrimonial até a chegada às mãos do pesquisador. Esse procedimento foi adotado devido às especificidades de cada acervo e ao treinamento específico que os bibliotecários e demais servidores recebem para trabalhar com cada uma dessas tipologias documentais. O Centro de Preservação e Processamento, que processa o acervo geral (publicações correntes) atua como referência e dá suporte quando necessário, mas cada área tem autonomia para elaborar seu plano de gerenciamento, de modo a decidir a forma mais adequada de selecionar suas obras, tratar seus suportes e exibir suas memórias, a fim de organizar e difundir conhecimento.

3.3 A Biblioteca e o patrimônio bibliográfico

A Biblioteca Nacional é considerada responsável pela preservação e disseminação da produção intelectual brasileira, reconhecida como “guardiã da memória nacional” (GAUZ, 2015). Para que essa memória seja significativa para a nação é preciso que haja ressonância (GONÇALVES, 2005), ou seja, esse patrimônio precisa ser reconhecido como necessário e proveitoso para o país, útil para o público que dele pode e deve potencialmente usufruir e se sentir representado por suas coleções.

Para haver reconhecimento e preservação desse patrimônio é necessário que exista um entendimento de como ele é constituído, mas até o momento, segundo Rodrigues (2016) o Brasil não possui uma legislação que defina o patrimônio documental e apresenta no Decreto nº 25/1937 o reconhecimento apenas de manuscritos e livros raros como bens a serem preservados. Para Gauz (2015, p. 83), o “patrimônio a ser preservado para o futuro deve ser estabelecido hoje”, a legislação deve ser constantemente atualizada a fim de abarcar todo o conhecimento intelectual produzido e registrado no país, o que não está previsto nesse decreto, ficam sem proteção todas as obras que não se enquadram nos critérios de raridade.

Faz parte da missão da Biblioteca não só salvaguardar o patrimônio bibliográfico nacional como democratizar o acesso a ele, para entendimento do que representa, nesse contexto, o patrimônio bibliográfico e diante da ausência de uma conceituação legal (NAPOLEONE et al, 2016), optamos pela definição de Faria e Pericão (2008) “conjunto das espécies bibliográficas, seja qual for o seu tipo de suporte, acumuladas ao longo dos séculos e que veiculam a herança cultural de um povo”.

Conforme o exposto, a história da Biblioteca Nacional é muito particular, ela nasce em outra Nação, em outro continente, servindo à corte e dessa forma aporta no Brasil. As coleções cresceram vertiginosamente em nosso país e sem sombra de dúvidas, todo acervo é denominado patrimônio bibliográfico nacional e assim deve ser preservado, mas esse patrimônio representa de fato nossa identidade? Como define Manguel (2006, p. 241) "a identidade de uma sociedade ou nação pode ser espelhada por uma biblioteca, por uma reunião de títulos que, em termos práticos ou simbólicos, faça as vezes de definição coletiva".

Esse acervo múltiplo, muitas vezes, provoca um sentimento dúbio ao próprio corpo de funcionários, a cada escolha que fazemos, de tratamento, de preservação, de seleção, afinal, a sociedade reconhece nossos tesouros como seus, quando apresentamos como “cimélios” nossa preciosa coleção de incunábulos? Não que haja dúvidas sobre seu valor universal, mas nossas preciosidades nacionais, nossos próprios incunábulos, são conhecidos e reconhecidos? Se a biblioteca é lugar de memória, nós, bibliotecários somos grandes responsáveis pela construção dessa identidade coletiva. Para Le Goff (2003, p. 535) estes materiais de memória podem apresentar-se sob duas formas principais: *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador. Acrescento que esses *monumentos/documentos* são também escolha do bibliotecário, assim como dos demais agentes (arquivistas, museólogos, paleógrafos...) que trabalham com estoques de informação.

“...a biblioteca é também uma arquitetura do saber: tanto sua organização interna como os critérios de constituição de suas coleções são escolhas intelectuais fortes, e a história da biblioteconomia é atravessada pela busca dos princípios de classificação ideal, capaz de conciliar a arrumação material das obras com a divisão dos saberes...” (JACOB, 2008, p. 13).

E sendo lugar de memória, a biblioteca é, conseqüentemente, espaço de

perpetuação da história de uma sociedade que se projeta nos documentos que estão sob sua guarda, mas para que haja esse reconhecimento e apropriação dessa memória é necessário que suas coleções sejam organizadas e divulgadas e é nesse ponto que a importância da classificação se torna evidente.

Um dos direitos fundamentais para o desenvolvimento humano é o direito de acesso à informação e segundo Palma Peña (2011), as bibliotecas têm papel fundamental no fomento à educação, cultura e conhecimento, a fim de fortalecer a construção e consolidação de sociedades democráticas, uma vez que são responsáveis pela guarda e também pela difusão da herança cultural de um povo, uma sociedade bem informada reconhece seus valores e respeita a sua diversidade cultural.

3.4 Os livros antigos e raros

Para definir a terminologia adequada ao livro no período cronológico que abrange essa pesquisa, recorreremos à História do livro e das bibliotecas para refletir sobre os conceitos de livro antigo e livro raro, termos muitas vezes erroneamente utilizados como sinônimos, embora um possa conter ou estar contido no outro.

Antes de conceituarmos, é importante destacar que estamos considerando para esse estudo o conceito de raridade e antiguidade a partir do ponto de vista da produção europeia de livros, tendo como marco a invenção da imprensa por Gutenberg na Alemanha durante o século XV. O próprio recorte temporal a ser analisado fundamenta essa decisão e não nos leva a discussões mais amplas, apenas salientamos que essa escolha não abrange, por exemplo, as primeiras obras impressas no Brasil, publicadas somente a partir de 1808 com a vinda da corte portuguesa para o país, ou seja, a produção nacional não será contemplada.

Alguns autores consideram que o livro antigo é aquele produzido a partir da invenção da imprensa, em meados do século XV até o início do século XIX (LYONS, 2011), (CHARTIER, 1998), incluindo assim a produção de incunábulos, que são os primeiros livros impressos, entre 1455 e 1500. Outros, são reticentes quanto à inclusão dos incunábulos na definição de livro antigo, devido às suas características tipográficas ainda bem semelhantes aos manuscritos, vide Faria e Pericão (2008),

“livro antigo é designação atribuída aos livros que foram produzidos desde a invenção da imprensa até o início do século

XIX. De modo mais precioso, e uma vez que os incunábulo constituem uma produção tipográfica à parte, não só pelas suas características próprias, mas também pelo seu tratamento catalográfico, pode-se dizer que o livro antigo abrange as obras impressas desde 1501 até 1800 inclusive.”

Durante os séculos XVI e XVIII o processo de produção de livros ainda é inteiramente manual, “desde o papel até a capa” (CATALDO, 2019, ENANCIB). Como afirma Sant’anna (2001) “um livro antigo carrega em si mesmo as marcas da sua forma de produção artesanal”, a materialidade do livro antigo é cada vez mais objeto de estudo de pesquisadores, não só seu conteúdo textual, mas suas ilustrações, seus métodos de produção, seu papel, a tinta utilizada, encadernação, todos esses detalhes representam a história e a cultura das sociedades da época em que foi produzido e devem ser levados em consideração no momento de sua descrição (MORIARTY, 2004).

A partir do século XIX os livros passam a ser produzidos industrialmente, e perdem essas características de unicidade, culminando na avalanche de publicações que cresce vertiginosamente até hoje, ainda que já estejamos imersos em outra era, a da produção de conteúdo virtual. Ainda no século XIX, alguns países como o Brasil estavam dando os primeiros passos na impressão de livros e produzindo o que podemos chamar de seus próprios “incunábulo” (MARTINS, 1996, p. 229-306).

Recorrentemente, os conceitos de livro antigo e livro raro são temas de debates entre os profissionais da área, o conceito de livro antigo é por vezes confundido com o de livro raro, embora possamos afirmar que “um livro não é valioso porque é antigo” (MORAES, 1979, p. 65).

Para Faria e Pericão (2008),

livro raro é livro assim designado por ser detentor de alguma particularidade especial (antiguidade, autor célebre, conteúdo polêmico, papel, ilustrações). Consideram-se geralmente livros raros os incunábulo, as publicações anteriores a 1800, as primeiras edições de obras literárias, as obras com encadernações primorosas, as obras que pertenceram a personalidades célebres e que apresentam a sua assinatura ou notas e sobretudo os exemplares únicos.

Para começar, pode-se suscitar o que Azevedo (2021, p. 179) manifesta em relação à associação de patrimônio bibliográfico e documental com livro raro e/ou antigo, visto que “[...] em nosso país esse conceito de ‘livro raro’ é bastante nebuloso,

pois além de defasado, parte advém de parâmetros identitários europeus”. Sobre isso, sabe-se que bibliófilos e livreiros tiveram relevante papel ao considerar obras como raras (MCKITTERICK, 2018) e sua influência para elencar critérios de qualificação do que é raro foi e permanece muitas vezes preponderante neste entendimento no Brasil.

Conforme apontado por Teixeira, Garcia e Rodrigues (2018), a aplicação do termo “raro” em obras bibliográficas é subjetiva por inúmeras motivações, destacando também que muitas bibliotecas brasileiras utilizam os critérios de raridade adotados pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) para elaborar os seus próprios.

Os critérios de raridade bibliográfica adotados pela FBN desde 1984 foram elaborados para nortear os profissionais bibliotecários no processo de identificação de obras raras. Ao observar os princípios e definições elencados nesses critérios, pode-se constatar que são universalmente aceitos (PINHEIRO, 1989) por outras instituições nacionais e também estão presentes nas legislações que tratam sobre o patrimônio cultural brasileiro.

À vista disso, no que concerne aos critérios de raridade adotados na FBN, sublinhamos que retratam principalmente seu acervo fundador, sua trajetória e o desenvolvimento de suas coleções. Conforme aponta Campello (2006, p. 30):

A história da Biblioteca Nacional é típica das mais antigas bibliotecas nacionais. Originando-se de uma biblioteca real, transformou-se em depositária da produção intelectual do país, reunindo rico e variado acervo em muitos aspectos. Tem sustentação legal e é formalmente responsável pelo desenvolvimento dos mais variados serviços bibliotecários [...]

Dessa forma, especialmente se tratando de critérios de raridade, a FBN em muitos casos não será o melhor modelo para originar estes critérios nas bibliotecas brasileiras devido à singularidade da formação de seu acervo no contexto brasileiro e de sua missão institucional, fatores que influenciam diretamente nas coleções que possui.

Como princípios e definições da Ordem de Serviço n. 12 da FBN que estabelece estes critérios, tem-se:

[...]

a) todas as impressões dos séculos XV, XVI e XVII

b) impressões dos séculos XV até 1720

- c) obras editadas no Brasil até 1841
- d) edições de tiragens reduzidas
- e) edições especiais, de luxo, para bibliófilos
- f) edições clandestinas
- g) obras esgotadas
- h) exemplares de coleções especiais, em geral com belas encadernações e “ex-libris”
- i) exemplares com anotações manuscritas de importância, incluindo-se as dedicatórias.

2. Conforme interesses específicos de bibliotecas e/ou colecionadores, outros critérios podem ser acrescidos. No entanto, a classificação de qualquer obra dentro dos padrões citados exige um apoio bibliográfico, incluindo-se consultas a bibliografias, catálogos especiais com descrições de exemplares, conhecimento de história do livro e outras fontes de informação e referência. (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 1984)

Podemos observar, que os critérios de raridade adotados pela BN não contemplam todo o escopo de livros antigos, de acordo com a datação europeia mais aceita dessa terminologia. Esses critérios foram constituídos visando a continuidade da formação de coleções da Seção de Obras Raras da instituição e o fator espaço físico disponível para armazenamento das obras foi levado em consideração e até hoje é um limitador, embora outras características definam um livro como raro e sua antiguidade por si só não deva ser fator de seleção. Assim como nem todo livro raro é antigo, nem todo livro antigo é raro.

Fica evidente também, a partir dos critérios elencados, que o bibliotecário que trabalha com acervo retrospectivo deve possuir amplo conhecimento de bibliografia material (GARCIA AGUILLAR, 2011), de modo a representar não só o conteúdo intelectual como físico do “objeto-livro” (AZEVEDO; LOUREIRO, 2019).

São vários fatores que determinam a raridade de um livro, para além das suas características intrínsecas ou extrínsecas, a coleção da qual o item faz parte e o curador do acervo podem ser determinantes para a classificação da obra mediante critérios que vimos ser tantas vezes subjetivos. Relacionado a isso, existe toda uma aura de objeto intocável que é atribuída ao livro raro, seja por desconhecimento do assunto ou até pelo apelo de notoriedade que foi criado em torno do tema, elevando o *status* do proprietário, seja ele um colecionador particular ou uma instituição do tipo biblioteca nacional. Para Araújo (2015), essa monumentalidade pode estar ligada não só às coleções, mas também aos próprios instrumentos de classificação e representação dessas coleções que podem evidenciar mais alguns aspectos e ofuscarem outros.

Optar por utilizar a denominação livro raro ou livro antigo para fins dessa pesquisa foi um processo que foi se construindo ao longo do trabalho, em determinado momento nos deparamos com a dificuldade ao tentar utilizar o termo livro antigo para realizar a pesquisa bibliográfica, principalmente nas bases em língua inglesa, enquanto livro raro era facilmente identificado: “*rare book*”. Apesar de consultarmos especialistas para auxiliar na definição da terminologia, não houve um entendimento comum se o termo em língua inglesa seria “*old book*”, “*antique book*”, ambos pareceram inadequados. Localizamos referência a essa mesma dificuldade em texto de Araújo e Araújo (2021), onde *rare book* foi o verbete identificado em pesquisas desses autores em obras de referências de língua inglesa. Esse fato quase nos levou a optar pelo termo livro raro, entretanto, optamos definitivamente pelo uso do termo livro antigo ao considerar discussões de relevância nessa área (nota) que buscam não só estudar a terminologia adequada quanto revisar o que se entende e propaga como livro raro.

3.5 A Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Brasil

A Seção de Obras Raras foi criada durante a administração de Rubens Borba de Moraes, através do Decreto nº 20.478 de 25 de janeiro de 1946, com a denominação de Seção de Livros Raros (GAUZ, 1991), como serviço especializado para selecionar e zelar pelas obras raras pertencentes ao acervo que já, naquela época, era mais extenso e valioso do que o encontrado em qualquer biblioteca latino-americana.

Atualmente, o acervo da Seção de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional ocupa mais de dois mil metros lineares de itens em estantes, gavetas e cofres, em área de 520 m² no terceiro piso do prédio-sede da Biblioteca, identificada sob o nome de seu patrono: Sala João Antônio Marques – bibliófilo fluminense residente em Portugal, falecido em 27 maio 1892, que doou sua valiosa coleção de incunábulos, edições príncipes, camonianas e outros impressos e manuscritos relativos ao período colonial à Biblioteca Nacional.

Seu acervo em 1946 contava em cerca de 18.000 volumes selecionados a partir de dois critérios: raro – para livros impressos até 1800 ou em edições fora de circulação; e precioso – para aqueles que não sendo raros, possuíam valor especial

pela encadernação, dedicatórias, autógrafos (MONTEIRO, 1969). Em 1977, esse número já contava mais de 30.000 títulos e em 1995, mais de 50.000 itens armazenados em estantes, gavetas e cofres (PINHEIRO, 1995).

Um dos períodos de grande destaque e visibilidade aos livros raros e de transferência de acervo para a Seção ocorre através do Subprojeto de Integração Acervo Histórico – SIAH, criado em 1º de junho de 1982, durante a administração da Dra. Célia Ribeiro Zaher, o subprojeto teve como objetivo recuperar no último andar de armazéns da biblioteca, acervo bibliográfico dos séculos XV ao XX, sendo que obras até o século XVII foram tratadas como prioridade, não só pelo recorte cronológico, mas pelo reconhecido valor histórico. Bibliotecários foram contratados para o trabalho de identificar, processar e restaurar esses livros (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1984). A equipe deveria trabalhar em paralelo à equipe de Obras Raras, que já realizava o processamento técnico do acervo raro (GAUZ, 1991).

Como consequência do SIAH (GAUZ, 1991), foi criado em 1983 o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor), inicialmente, como “Plano Nacional de Restauração de Obras Raras”, com o intuito de favorecer o estado da arte de acervos bibliográficos antigos, em todo o país, através do treinamento de pessoal e da divulgação de métodos e técnicas pertinentes, em vista da compilação de um repertório nacional de raridades bibliográficas e coube à Seção de Obras Raras implementar suas atividades até o ano de 2004, quando o Planor alcançou o *status* de setor independente.

Atualmente, subordinada à Coordenadoria de Acervo Especial, a Seção de Obras Raras tem como principal missão salvaguardar o acervo raro e precioso da Biblioteca Nacional, que se caracteriza pela multiplicidade de títulos impressos nos séculos XV a XVIII, pela recorrência de “incunábulo” brasileiros (impressos brasileiros do século XIX), pelo registro testemunhal e valioso dos periódicos brasileiros impressos no século XIX e pela riqueza material de registros do conhecimento (couros, pergaminhos, madeiras, papéis de trapo, papéis de madeira, sedas), além de obras de valor intelectual e material (primeiras edições, edições autografadas) impressas também no século XX e XXI.

Raridade e preciosidade foram os principais critérios para a formação da coleção, os itens selecionados documentam a história do livro e dos registros do

conhecimento e são provenientes, em sua maioria, da Real Biblioteca portuguesa, desenvolvida em meados do século XVIII, o que nos leva novamente ao conceito de biblioteca como espaço de memória coletiva. Para Le Goff (2003, p. 535), “o que sobrevive não é o conjunto do que existiu no passado, mas uma escolha efetuada [...] pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade [...]”.

Em razão do depósito legal, não há na Biblioteca Nacional processo de seleção de publicações nacionais e a formação e o desenvolvimento de coleções ocorrem internamente, entre seções.

Em Obras Raras, acarreta a verificação da relevância de itens na composição da coleção, podendo levar ao seu remanejamento, tanto para incorporação quanto para retirada, em concomitância com outras coleções da própria Biblioteca Nacional – considerando, sempre, o lugar onde o leitor procuraria aqueles itens e onde eles estariam armazenados de acordo com suas características materiais. Após a chegada do livro à seção, o próximo passo é o tombamento, seguido do processamento técnico.

A qualificação do seu acervo e o consequente atendimento eficaz ao pesquisador são os objetivos da Seção, cumprem-se mediante a implementação de política de desenvolvimento de coleções, da disponibilização dos itens através de instrumentos de busca e recuperação eficazes, e da garantia de acesso.

Apesar desses objetivos, a ausência das atividades de classificação e indexação das obras depositadas na Seção, acarretam uma dificuldade na recuperação dos documentos não só por parte do pesquisador, como por vezes do próprio corpo técnico, dificultando a eficiência do serviço de referência.

Deve-se destacar que a organização dos livros nas estantes não é regida por nenhum sistema de classificação relativa e sim pelo sistema de localização fixa, que privilegia a materialidade dos livros e não o seu conteúdo (PINHEIRO, 2007, p. 33), portanto, não seria uma função exercida pela Classificação Decimal de Dewey caso a classificação fosse efetuada.

É primordial que os catálogos estejam em conformidade com o acervo, para Palma Peña (2011) estes contêm os registros das obras e documentos com a finalidade de proporcionar à sociedade uma radiografia da memória documental herdada, isto é, deve, espelhar os tesouros do conjunto documental armazenado,

para isso, é essencial que o processamento técnico das obras seja estruturado e aplicado em concordância com estudos bem fundamentados.

4 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Nessa seção abordaremos a evolução dos sistemas de organização do conhecimento. Em 4.1 Da organização do conhecimento e da classificação: representação da informação, traçaremos um panorama geral da organização do conhecimento e da classificação. Em 4.2 Evolução do conhecimento: classificação do conhecimento e seus sistemas, trataremos da evolução da organização do conhecimento a partir do século XV. Em 4.3 Classificação, enfatizaremos a classificação bibliográfica, abordando brevemente os sistemas que foram utilizados pela FBN ao longo da sua trajetória.

4.1 Da organização do conhecimento e da classificação: representação da informação

As tentativas do ser humano de representar o conhecimento através dos séculos, contribuíram para a própria socialização do homem (PINHO, 2009). Com o passar dos tempos, o conhecimento deixa de ser produzido apenas em âmbito privado e passa a se tornar coletivo, tornando-se cada vez mais necessário encontrar formas não só de registrá-lo, mas sobretudo de organizá-lo. O advento da imprensa e a internet, acontecimentos que dinamizaram a distribuição e alcance da informação, trouxeram ainda mais necessidade e urgência na busca por métodos que nos permitam organizar com maior precisão tudo que é produzido pelo homem, dando início aos estudos de organização do conhecimento.

Para Brascher e Café (2008, p. 6), a organização do conhecimento está relacionada ao mundo das ideias e “[...] visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade”

Hjørland (2008) afirma que “o processo de organização do conhecimento, compreende a elaboração de resumos, a catalogação, a classificação, a indexação, etc.”

Tanto a representação da informação quanto a representação do conhecimento (BRASCHER; CAFÉ, 2010) partem da análise conceitual para chegar a um modelo de representação útil para efeitos de recuperação da informação.

Segundo Brascher e Café (2008) a representação do conhecimento é feita por

meio de diferentes tipos de sistemas de organização do conhecimento (SOC) que são sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles.

O conceito “Sistemas de Organização do Conhecimento” (SOC) compreende todos os tipos de instrumentos utilizados para organizar a informação e promover o gerenciamento do conhecimento, incluindo os esquemas de classificação – que organizam materiais em nível geral (como livros em uma estante); cabeçalhos de assunto – que proveem o acesso mais detalhado; catálogos de autoridade – que controlam versões variantes de informação fundamental (como nomes geográficos e nomes pessoais) e; outros instrumentos menos tradicionais - como redes semânticas e ontologias.

Os sistemas de organização de conhecimento são mecanismos para organizar a informação e constituem o coração de todo sistema de recuperação da informação como: biblioteca, museu e arquivo (HODGE, 2000).

A ênfase no desenvolvimento de SOC pode ser encontrada nos escritos de nossos mais antigos filósofos, muitos dos quais continuam influenciando nossa visão do mundo. Por exemplo, o esforço de Aristóteles para categorizar o conhecimento em grupos (como Física, Política ou Metafísica) está refletido em nosso idioma, nossa educação e nossa ciência. O esquema de classificação original da Biblioteca do Congresso, usado entre 1800 e 1814, estava baseado nos trabalhos filosóficos de Francis Bacon que herdou da tradição inglesa, que por sua vez originou a CDD e essa a Classificação Decimal Universal – CDU. Começando em 1814, a influência de Thomas Jefferson pode ser vista na coleção da Biblioteca do Congresso. Foi Jefferson quem reclassificou a biblioteca, à luz de uma filosofia mais humanista (LESK, 1997).

Lesk afirma que não existe um único SOC com o qual todos concordem, mas especula que um único seria vantajoso, porém seria improvável que tal sistema fosse desenvolvido. A questão cultural pode limitar um sistema de organização do conhecimento de forma que o que é significativo para uma cultura pode não ser necessariamente significativo para outra (LESK, 1997). Então, habitamos um mundo de múltiplas visões, com várias maneiras para organizar o conhecimento.

Apesar dessa diversidade, os SOC possuem as seguintes características comuns que são críticas em relação ao seu uso para organização do conhecimento:

a) impõem uma visão particular de mundo sobre uma coleção e sobre os itens que a compõe; b) a mesma entidade pode ser caracterizada de modos diferentes, dependendo do SOC que for utilizado.

Para Hodge (2000), “deve haver uma correspondência entre o sistema de organização do conhecimento e a realidade que ele pretende representar.”

Os SOC bibliográficos surgiram para serem aplicados ao arranjo de livros nas estantes: No princípio eram sem notações, mas, devido ao crescente volume de livros começaram a ser criados com notação. Com o passar do tempo houve a necessidade de se criar SOC bibliográficos com notação. Durante o século XX algumas bibliotecas adotaram alguns SOC bibliográficos (KAULA, 1984).

4.2 Evolução do conhecimento: classificação do conhecimento e seus sistemas

Segundo Burke (2003, p.78) “Os sistemas de categorias de princípios do período moderno são tão diferentes dos nossos próprios sistemas que requerem uma abordagem antropológica” (2003, p.78).

O conhecimento era classificado de forma diferente por diferentes grupos no início da Europa Moderna, “uma distinção recorrente era feita entre o conhecimento teórico e o prático, o conhecimento dos filósofos e o dos empíricos, ou como alguns diziam, “ciência” (*scientia*) e “arte” (*arts*).” (BURKE, 2003, p.79).

Uma distinção comum se fazia entre o conhecimento público e o privado, sendo esse último não no sentido de particular, mas sim de conhecimento privativo de grupos da elite, que incluía segredos de Estado e da Igreja.

Outra distinção considerável era entre conhecimento “liberal” e conhecimento “útil”, uma classificação antiga que continuava predominante do início do período moderno, embora já começasse a apresentar sinais de mudança.

O conhecimento “liberal”, como o dos clássicos gregos e latinos, tinha status elevado em 1450 e mesmo em 1550, enquanto o conhecimento meramente “útil”, do comércio, por exemplo, ou de processos de produção, tinha menor status, exatamente como os mercadores e artesãos que o detinham. (BURKE, 2003, p. 80)

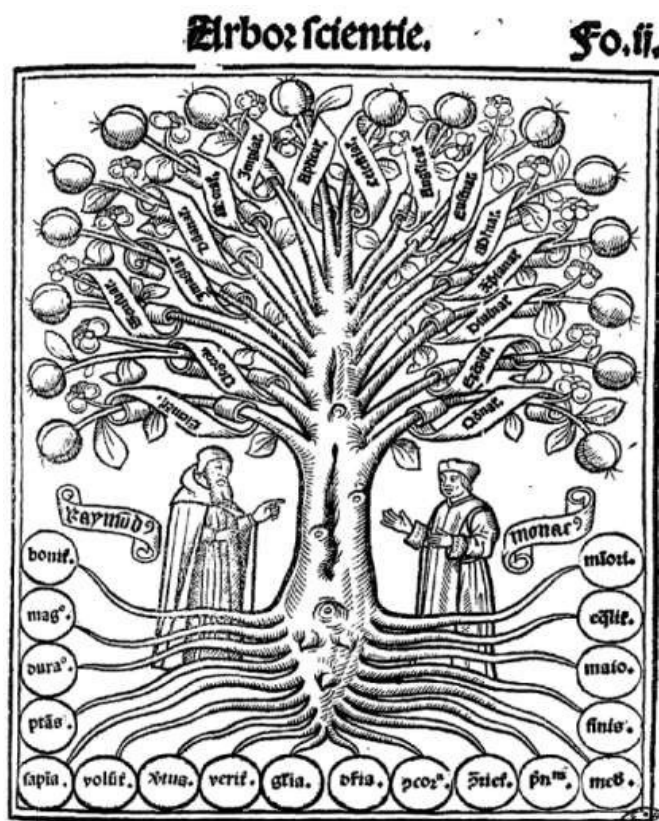
“O conhecimento especializado era muitas vezes contrastado com o conhecimento geral ou mesmo universal. O ideal do “homem universal” era levado a sério em certos círculos na Itália do século XV, [...] “um homem é capaz de aprender

muitas coisas e tornar-se universal (*farsi universale*) em muitas artes”. (BURKE, 2003, 81). Um mesmo indivíduo era capaz de dominar matérias tão distintas como matemática, história, música e biologia e esse saber múltiplo era considerado modelo ideal. O intelectual valorizado nessa época era o que detinha cultura geral, o que sabia ao menos alguma coisa sobre variados assuntos. Apesar de toda essa valorização esse tipo de saber foi sendo abandonado gradativamente durante esse período, com a invenção da imprensa e com a consequente facilidade em reproduzir e disseminar conhecimento o homem já não era capaz de estar a par de tudo.

Nesse período, o sistema de conhecimento era representado por uma árvore e suas ramificações,

a imagem da árvore ilustra um fenômeno central em história cultural, a naturalização do convencional, ou a apresentação da cultura como se fosse a natureza, da invenção como se fosse descoberta. Isso equivale a negar que os grupos sociais sejam responsáveis pelas classificações, assim sustentando a reprodução cultural e resistindo a tentativas de inovação. (BURKE, 2003, p. 82).

Árvore do conhecimento



Página de rosto de *Arbor scientiae*, de R. Lúlio, 1515.

Seguindo o contexto histórico, logo após a invenção da imprensa no século XV, uma das importantes obras que surgiram e contribuíram para modificar os meios de representação do conhecimento é destacada por Pinho (2009)

Outra importante contribuição se deve ao bibliógrafo suíço Konrad von Gesner (1516-1565), que produziu sua bibliografia denominada *Bibliotheca Universalis* (1545), cujo interesse era classificar tanto livros como animais, e posteriormente publicou o respectivo índice de assunto denominado *Pandectae* (1548), que se ocupava da classificação dos temas (BURKE, 2003, p. 88 apud PINHO, 2009, p. 26).

Já no século XVII começava a entrar em uso um termo mais abstrato para designar a organização do conhecimento, sistema. Sistema podia ser atribuído tanto à totalidade do conhecimento como a disciplinas específicas. (BURKE, 2003).

Burke então analisa três subsistemas, que ele chama de “tripé intelectual”: os currículos, as bibliotecas e as enciclopédias, subsistemas do conhecimento que permitem visualizar o cotidiano das universidades europeias e as mudanças que ocorreram na organização e conseqüentemente na classificação do conhecimento.

No início do período analisado o currículo era composto pelo sistema de *trivium* e *quadrivium*, onde *trivium* era a parte mais elementar, que lidava com a linguagem, abrangendo a gramática, a lógica e a retórica, já o *quadrivium* era a parte mais avançada, que englobava os números, aritmética, geometria, astronomia e música, as duas partes formavam as sete “artes liberais”, em que o estudante podia se tornar bacharel. Após, poderia seguir para uma das três faculdades superiores, Medicina, Teologia e Direito (BURKE, 2003).

No início da idade moderna essa estrutura foi se modificando e outras disciplinas foram sendo incorporadas, como História e Química, entre outras. Essas mudanças foram alterando a forma de pensar a ciência e a organização do conhecimento.

As bibliotecas seguiam e reproduziam a ordem dos currículos da universidade, de forma que “sustentava esse sistema de classificação, como ainda o faz, tornando-o físico e espacial.” (BURKE, 2003, p. 89), através da organização de seus catálogos e das bibliografias, embora ainda houvesse nesse período, muitos livros e poucas bibliografias (PINHEIRO, 2002).

As enciclopédias também seguiam a estrutura do currículo educacional, organizadas de acordo com as disciplinas até então consideradas importantes para

a formação do homem universal.

Apesar de toda a resistência à modernização das tradições, “ocorreram importantes mudanças dentro do sistema de conhecimento acadêmico entre o Renascimento e o Iluminismo, tendências à “redefinição do conhecimento” bem como à “reformulação das instituições”. (BURKE, 2003, p. 91). Foram apresentados novos esquemas de classificação do conhecimento, inclusive por filósofos, como Francis Bacon, que estruturou sua classificação categorizando as ciências em memória, razão e emoção. “Uma análise dos currículos, bibliotecas e enciclopédias os séculos XVII e XVIII sugere que a reclassificação de Bacon foi a de maior sucesso entre as várias tentativas feitas à época.” (BURKE, 2003, p. 94). Aos poucos, o conhecimento útil se sobrepôs ao conhecimento liberal e no século XVIII já havia atingido seu reconhecimento.

As mudanças nos currículos abriram espaço para uma nova forma de estruturar a ciência, disciplinas como a história e a geografia ascenderam nesse período, a primeira, por sua ligação estreita com o direito e a política; a segunda, por se tornar cada vez mais necessária em um período em que as grandes descobertas marítimas estavam ocorrendo, e seu estudo englobar astronomia e cosmografia. Outras disciplinas emergem a partir da medicina, como botânica e química. Como consequência as bibliotecas também foram reestruturadas para acompanhar essa ampliação das áreas do conhecimento e o crescimento exponencial de livros que se seguiu após a invenção da imprensa, e a popularização desses novos saberes. Com o crescimento da imprensa surgem novas práticas de gerenciamento da informação (BURKE, 2002). Nesse período, a enciclopédia tornou-se mais necessária do que nunca, uma vez que servia de guia dos leitores, e seus compiladores discutiam qual a melhor forma de torná-la um resumo de “todas as ciências e artes”. No início do século XVII chegou-se ao formato aproximado do que conhecemos hoje, com a ordenação do conhecimento em ordem alfabética, a primeira a utilizar esse formato foi a Enciclopédia de Diderot, publicada em 1750, que segundo Barreto (2007) tinha por finalidade abarcar todo o conhecimento humano. Bittencourt (2014) destaca que essa obra foi produzida sob influência de Bacon e organizada de acordo com as categorias memória, imaginação e razão.

Para Shera (1965) a contribuição de Francis Bacon para a classificação bibliográfica foi fundamental, sendo seu esquema utilizado como base para quase todas as classificações a partir do século XVII.

4.3 Classificação

De acordo com Ranganathan (2009, p. 254) “é necessário que a classificação seja abrangente, envolvendo todo o saber passado e presente.”

Para Foulcaut (2016) classificar é voltado ao tempo, à memória, à reflexão, à continuidade.

Classificar é atividade que acompanha o homem desde os tempos mais primitivos, surge da necessidade de ordenar o pensamento e as coisas.

Segundo Dalbergh (1976), “a arte de classificar, tão antiga quanto a humanidade, apenas recentemente adquiriu uma base teórica adequada – base que nos permite presumir que ela progrediu dos status de arte para o de ciência”.

Faria e Pericão (2008) definem classificar como

estabelecer um sistema de classificação [...] reunir e distribuir em classes e nos grupos respectivos os suportes dos registros ou os documentos, de acordo com um sistema de classificação, a fim de facilitar o seu acesso quando da pesquisa.

Parrochia (2017), baseado em Dahlberg (1976) divide a história da classificação em quatro fases:

Quadro 5 – Fases da classificação

Antiguidade a o Renascimento	Filósofos como Platão e Aristóteles, classificações hierárquicas e finitas
Idade clássica – século XVIII	Desenvolvimento da taxonomia com a organização das ciências naturais; Kant resume em sua obra o desenvolvimento das classificações nesse período, em que vários critérios foram utilizados
Início da Era Moderna – século XIX	Desenvolvimento das classificações de Química com Lavoisier, classificações cruzadas e de múltiplas ordens
Século XX	Ranganathan, classificações facetadas, matemática e informática

Fonte: a autora (2023)

A classificação bibliográfica precisa acompanhar através dos tempos a evolução e o surgimento de novas áreas do conhecimento, uma vez que o pensamento humano e a ciência estão em constante evolução e precisam ser codificados.

Reafirmando a importância de Francis Bacon para a classificação

bibliográfica, não podemos deixar de citar William Torres Harris, que elabora uma classificação para a sua própria coleção baseada na filosofia de Bacon e Hegel, que culmina no surgimento, anos mais tarde, da CDD, esquema amplamente utilizado desde sua criação e em vigor atualmente na FBN.

Ao elaborar sua classificação de livros em 1858, que foi adotada pela biblioteca da Escola Pública de St. Louis, Harris inverte a lógica baconiana baseada nas faculdades mentais, Bacon havia definido suas classes de assuntos em História, Poesia e Filosofia, Harris inverteu para Ciência/Filosofia, Belas Artes e História. (SALES, 2017). Segundo Sales (2017, p.193), há convergência na literatura ao afirmar que

a classificação de Harris teve uma importância singular na história das classificações de biblioteca, pois além de exercer forte influência nas classificações universais subsequentes, a classificação de Harris trouxe ao universo das classificações de biblioteca um diálogo mais intenso com as bases das classificações filosóficas [...]

Como explica Sales (2017, 193), “entendendo que todo sistema de classificação deveria ser suportado por uma lógica filosófica, Harris iniciou sua argumentação classificatória reportando-se ao pensamento de Francis Bacon”. Harris aproveita o princípio das faculdades mentais de Bacon, que consistiam em Memória (História), Imaginação (Poesia) e Razão (Filosofia), mas ao trabalhar esse conceito e transportá-lo para seu tempo, Harris os inverte, pois no século XIX o entendimento de ciência, artes e história se difere do século XVII.

De acordo com Sales (2017), influenciado por Hegel, Harris buscava priorizar a Razão, e dessa forma ele trabalhava a classificação de Bacon a partir do pensamento hegeliano.

Assim, ao contrário de Bacon, que entendia que primeiro o homem se lembra (memória), depois imagina (imaginação) e por último raciocina (razão), Harris preferiu dar em seu esquema primazia à Razão, entendendo que a ação racional deveria encabeçar a classificação do conhecimento, seguida pela imaginação e pela memória. (SALES, 2017, p. 195-196).

A formação filosófica de Harris não se sobrepôs à prática da biblioteca, ele tratou das necessidades reais da recuperação da informação e elaborou uma

classificação em que “o relacionamento científico dos assuntos e os aspectos formais do documento são tratados concomitantemente em seus princípios norteadores”. (SALES, 2017, p. 197). Harris (1870, apud SALES, 2017) define então que sua classificação será dividida em: divisões principais, iniciando com assuntos mais próximos e característicos da classe geral; divisões finais, tratados gerais em primeiro lugar, seguidos do exemplo principal e mais relevante da classe superior; apêndices, onde coleções e miscelâneas deveriam ficar no final da classe; e híbridos, em que obras que tratassem de diversos assuntos deveriam ser classificadas por assunto predominante.

Partindo para o desdobramento de sua classificação, temos a primeira classe, Ciência, onde Harris parte do pensamento filosófico (abstrato) até chegar ao elemento empírico (produção), elencando Filosofia e Teologia, Ciências Políticas e Sociais (Jurisprudência, Política, Ciência Social, Filologia) e Ciências Naturais (Matemática, Física, História natural, Medicina, Artes úteis). A segunda classe é a Arte, onde inicia a classe geral com Belas Artes e segue com Poesia, Ficção e Miscelânea literária. A terceira classe é a História, que abarca Geografia e viagens, História Social e Biografia. Finalizando com o Apêndice, “medida complementar que demonstra a preocupação prática na organização dos documentos da biblioteca.” (SALES, 2017, p. 198).

Sales (2017, p. 203) conclui que,

ao apoiar-se nas ideias formativas de Bacon e de Hegel, a classificação de Harris, construída na crença de ser possível definir um universal como um todo, composto pelo real e pelo ideal, formaliza uma visão idealista do universo do conhecimento. Desse modo, a dialética empirista de Bacon e a dialética idealista de Hegel estão impressas nas classificações de biblioteca por meio da classificação de livros de William Torrey Harris, que pode ser entendida como um elo forte entre a Filosofia e a Biblioteconomia no século XX.

Harris, alinhado ao pensamento de Bacon e Hegel, elabora uma classificação voltada para as necessidades da recuperação de livros em bibliotecas que influenciou as demais classificações que seriam propostas no final do século XIX, como a Classificação Decimal de Dewey, utilizada até hoje em bibliotecas de todo o mundo.

Podemos observar, que os sistemas de classificação geralmente são baseados em outros sistemas que o antecederam, da CDD derivou-se então, a Classificação Decimal Universal. Tanto a CDD quanto a CDU foram adotadas pela FBN em algum período, além do sistema de Brunet, também derivado de Bacon.

- Sistema de Brunet

Jacques-Charles Brunet, livreiro em Paris no início do século XIX que publica o *Manuel de libraire et de l'amateur des livres*, em 1810. A obra é um catálogo de livros antigos e raros conhecidos até então (BARBOSA, 1969). Segundo Barbosa (1969), Brunet elaborou um sistema a que chamou de *Table méthodique*, com as seguintes classes: Teologia, Jurisprudência, História, Filosofia e Literatura. Utilizado por muitos anos, principalmente na Europa em “arranjo de bibliografias, listas de livreiros e coleções particulares”. É um sistema de notação mista tendo suas classes formadas por números romanos, arábicos e por letras.

- Classificação Decimal de Dewey

No século XX a CDD tornou-se, juntamente com a CDU, uma das classificações bibliográficas mais utilizadas no mundo. A CDD foi criada por Mewil Dewey em 1876 e é um sistema de classificação de assuntos que tem origem filosófica e utiliza notação decimal. Segundo Lago (2009) “a CDD foi a primeira classificação bibliográfica propriamente dita a utilizar um sistema decimal representados por números arábicos de 0 a 9.”

A CDD apresenta a seguinte estrutura:

As classes principais correspondem a grosso modo, às disciplinas fundamentais do conhecimento, a saber: 100 Filosofia, 200 Religião, 300 Ciências Sociais, 500 Ciência, 600 Tecnologia, 700/800 Artes, 900 História (400 Filologia não representa uma disciplina fundamental). A ordem parece não apresentar qualquer princípio (LANGRIDGE, 1977, p. 84).

Em sua maioria, as obras são classificadas principalmente por assunto, com extensões para relações entre assuntos, local, época ou tipo de material.

A CDD é atualizada a cada nova edição, acompanhando, na medida do possível, a evolução das Ciências ao longo do tempo. Segundo Barbosa (1969),

[...] se um sistema não evolui em terminologia e expansão de assuntos, torna-se, com o passar do tempo, obsoleto e é logo

abandonado; se, por outro lado, quer seguir à risca essa mesma evolução, motiva uma eterna reclassificação das coleções, implicando em desperdício de tempo, pessoal e material, o que acaba, também, por levá-lo ao abandono.

- Classificação Decimal Universal

Concebida a partir da CDD, pelos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine, a CDU foi publicada pela primeira vez em francês, entre 1904 e 1907. Hoje, é a sucedora da CDD, um dos sistemas mais utilizados em bibliotecas de todo o mundo.

Otlet e La Fontaine expandiram o esquema de classificação de Dewey para contemplar suas próprias necessidades e adicionaram alguns mecanismos sintéticos e tabelas auxiliares que, com o tempo, transformaram a estrutura, exclusivamente numérica, da Classificação Decimal, em uma estrutura bem mais flexível e detalhada da Classificação Decimal Universal. A primeira edição completa da nova classificação foi publicada entre 1905 e 1907 como o *Manuel du répertoire bibliographique universel*, incluindo cerca de 33.000 subdivisões e um índice alfabético com, aproximadamente, 38.000 entradas (MCLLWAINE, 1998).

A notação da CDU é mista, formada por números, letras e sinais e utiliza as mesmas classes de Dewey.

4.4 A organização do conhecimento e a Biblioteca Nacional

Para construir esse tópico foi fundamental a pesquisa realizada por Ângela Bettencourt no âmbito do mestrado e que foi publicada pela FBN em 2014, sob o título “A representação da informação na Biblioteca Nacional: do documento tradicional ao digital” esmiuça a trajetória da organização e tratamento da informação na Biblioteca. Apesar de Bettencourt ter se debruçado sobre fontes institucionais, nós também realizamos essa pesquisa, principalmente nos Anais da Biblioteca Nacional, além de consultar os arquivos da Seção de Obras Raras e os arquivos institucionais.

Durante seus 200 anos de existência a BN utilizou alguns sistemas para a representação temática, tais como: o sistema Brunet, o Plano do Catálogo Sistemático da Biblioteca Nacional, a CDU e a CDD, este último em vigor desde 1945 (BETTENCOURT, 2014).

Atualmente, o Centro de Processamento Técnico (CPP) é o responsável pelo tratamento técnico do acervo corrente, já as coleções especiais, como: Cartografia,

Iconografia, Manuscritos e Obras Raras, são armazenadas e processadas separadamente nos locais de guarda apropriados para cada tipologia. Mas, nem sempre foi assim, todo o material já foi processado pela mesma equipe.

No trabalho de Bettencourt, ela destaca além dos sistemas, alguns catálogos manuscritos que foram produzidos por coleção e englobam cada um deles diversas tipologias documentais. Esses catálogos arrolam coleções primárias e de suma importância para o acervo, contendo em sua maioria livros raros, são eles, o *Catálogo de Obras da Real Bibliotheca da Ajuda*, o *Catálogo dos Livros da Livraria de Diogo Barbosa Machado*, o *Catálogo de Livros da Biblioteca do Conde da Barca* e o *Cathalogo de Bellas Lettras*.

Nesses catálogos, a autora (2014) destaca o início da representação temática na Biblioteca observado no catálogo de Barbosa Machado, embora a classificação utilizada não se assemelhasse a nenhum dos sistemas em vigor à época, ela estava ordenada em 34 classes para arrolar 4.301 obras. O catálogo do Conde da Barca, por sua vez, já se utilizava de uma classificação baseada em Brunet, sistema dividido em 5 classes principais: teologia, jurisprudência, ciências e artes, literatura e história, que se subdividiam em outras. O catálogo de *Bellas Letras* foi classificado de acordo com a quarta classe do sistema Brunet, literatura.

Ainda de acordo com Bettencourt (2014), a biblioteca publica o *Cathalogo Systemático da Bibliotheca Nacional* em 1883, baseado no sistema Brunet, mas adaptado às necessidades da instituição e das coleções brasileiras, uma vez que esse sistema foi originalmente pensado para as bibliotecas francesas. Variações desse sistema foram sendo utilizadas na construção de outros catálogos, até que em 1911, sob a gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva, criou-se o “Serviço de Bibliografia e Documentação em correspondência com o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB). O objetivo era organizar o repertório bibliográfico brasileiro em fichas catalográficas, utilizando-se a CDU.” (BETTENCOURT, 2014). Esse sistema vigorou até 1945, quando sob a direção de Rubens Borba de Moraes, insatisfeito com os procedimentos da Biblioteca, adotou-se a CDD.

Com o apoio dos técnicos americanos, adotou-se o sistema de Classificação de Dewey para a representação temática e o código de catalogação *American Library Association* (ALA) para a representação descritiva. Grande parte da coleção foi catalogada novamente e se iniciou o registro patrimonial do acervo. O modelo de catálogo dicionário, com entradas pelos autores principais e secundários, títulos, assuntos e coleção, serviu de base para a

organização. Foram criados catálogos de autoridades de nomes e de assuntos para uso dos catalogadores e classificadores da instituição. (BETTENCOURT, 2014)

Hoje, a biblioteca adota para a classificação dos registros bibliográficos a 23ª edição da CDU e utiliza também o Catálogo de Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional, uma lista de cabeçalhos de assuntos baseada na *Library of Congress Subject Heading* (LCSH).

Bettencourt apresenta a história da biblioteca no que diz respeito a representação da informação, principalmente no que diz respeito ao acervo geral, mas não menciona a partir de quando as Seções especializadas passaram a tratar o acervo a elas atribuído. Também não localizamos nos Anais da biblioteca nenhuma menção a essa questão. No que diz respeito à Seção de Obras Raras, nem mesmo a própria Seção possui essa memória, presumimos a partir de relatos orais que o serviço de classificação foi apenas arbitrariamente interrompido, ora por falta de servidores suficientes para realizar a tarefa, ora por discordância das últimas chefias da Seção em relação a necessidade de classificação dos livros antigos. Ainda assim, podemos observar um grande número de obras com números de classificação, que podem ter sido em grande parte classificadas antes da transferência dessas obras para a Seção de Obras Raras, como podem ter sido classificadas já na Seção há pelo menos 20 anos, mais ou menos o tempo mínimo que se atribui que não se realiza mais essa etapa da representação dos livros antigos.

Essa ausência de documentos formais dificultam a pesquisa e o entendimento das decisões tomadas ao longo dos tempos. Percebemos a todo instante nos Anais a menção ao número insuficiente de profissionais bibliotecários para processar todo o acervo, atender ao público e realizar demais atividades administrativas, o que pode justificar em parte, a falta de formalização das ações adotadas na prática para a organização do acervo. Campanhã (2021) cita que o Setor de Classificação possui um documento chamado “Normas e decisões internas”, que se assemelha ao manual da Biblioteca Nacional da Espanha. Nele, constam algumas decisões da equipe sobre os processos de indexação e classificação, mas voltado para o acervo corrente.

Diante dessa falta de informações e da dificuldade que isso acarreta, reconhecendo a necessidade de se padronizar os processos e de documentar as

tomadas de decisão, propomos a elaboração de um documento que sirva de guia para os profissionais encarregados de atuar na Seção de Obras Raras atuando no processamento técnico das obras que lá se encontram armazenadas.

5 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com as bibliotecas que possuem ou possuíram recentemente acordos de cooperação com a Fundação Biblioteca Nacional. São elas: Biblioteca Nacional da Argentina, Biblioteca Nacional da Espanha, Biblioteca Nacional França, Biblioteca Nacional de Portugal e *Library of Congress*. Em “5.1 Bibliotecas e acordos de cooperação” relataremos brevemente os acordos firmados entre as instituições; em “5.2 Políticas e manuais de classificação em bibliotecas nacionais” apresentaremos os dados coletados nos questionários aplicados.

5.1 Bibliotecas e acordos de cooperação

No estatuto da FBN (Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014), no artigo 2º, estão previstos os acordos de cooperação.

Art. 2º À Fundação Biblioteca Nacional, órgão responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do País, compete: I - captar, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional;
 II - adotar as medidas necessárias para a conservação e proteção do patrimônio bibliográfico e digital sob sua custódia; III - atuar como centro referencial de informações bibliográficas; IV - atuar como órgão responsável pelo controle bibliográfico nacional;
 V - ser depositária e assegurar o cumprimento da legislação relativa ao depósito legal;
 VI - registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor;
 VII - **promover a cooperação e a difusão nacionais e internacionais relativas à missão da Fundação Biblioteca Nacional; e**
 VIII - fomentar a produção de conhecimento por meio de pesquisa, elaboração e circulação bibliográficas referentes à missão da Fundação Biblioteca Nacional. (BRASIL, 2014, grifo nosso)

Os acordos de cooperação firmados pela Biblioteca Nacional visam promover os mais diversos tipos de parcerias com instituições nacionais e internacionais que viabilizem a troca de conhecimento, promoção de pesquisa e de boas práticas de organização, gestão, conservação, preservação e

valorização do acervo, definindo projetos comuns que fortaleçam a missão e o papel das instituições envolvidas. Abaixo serão apresentados as bibliotecas e os acordos, a exceção a ser observada é a *Library of Congress*, por isso ela não estará inserida no quadro.

Quadro 6 – Acordos de cooperação

Biblioteca Nacional	Tipo de acordo de cooperação
Biblioteca Nacional da Argentina	Projeto em parceria com a Biblioteca Nacional da Argentina para a criação de um sítio web Biblioteca Virtual Pedro de Angelis, reunindo imagens da documentação manuscrita, iconográfica e impressa da Coleção Pedro de Angelis, que se encontra distribuída parte na Biblioteca Nacional do Brasil e parte na Biblioteca Nacional da Argentina. Vigência: desde 15 de novembro de 2011.
Biblioteca Nacional da Espanha	Projeto da Associação de Bibliotecas Nacionais da Ibero-América (ABINIA) que tem como objetivo a criação de uma Biblioteca Digital do Patrimônio Ibero americano (BDPI), permitindo a consulta unificada para acesso aos recursos digitais de todas as Bibliotecas participantes da ABINIA. Vigência: desde 2012.
Biblioteca Nacional da França	O projeto “A França no Brasil”, foi lançado em 2009, resultado de parceria firmada entre a FBN e a Biblioteca

	Nacional da França. O objetivo era criar um portal Web, reunindo virtualmente documentos representativos da história das relações entre os dois países, desde as primeiras décadas do século XVI até o início do século XX. Vigência: desde 2008.
Biblioteca Nacional de Portugal	Projeto de criação da Biblioteca Digital Luso-Brasileira, que pretende reunir todo o acervo digitalizado das Bibliotecas Nacionais do Brasil e de Portugal em um repositório digital unificado com vistas à divulgação das coleções destas bibliotecas e ao fomento e disseminação da língua portuguesa. Vigência: junho de 2013 a junho de 2015.

Fonte: www.bn.gov.br

Library of congress

No caso da *Library* não existe um acordo de cooperação firmado, mas o Catálogo de Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional, que é uma lista de cabeçalhos de assuntos utilizada pelo processamento técnico, se baseia segundo Campanhã (2021), na *Library of Congress Subject Heading* (LCSH) consistindo na tradução dos termos da LCSH conforme necessidade de uso na indexação de suas obras e, quando preciso, constrói seus próprios termos com base em dicionários técnicos e outras fontes especializadas. Por essa razão optamos por incluir a LC na pesquisa.

5.2 Políticas e manuais de classificação em bibliotecas nacionais

Visando atingir o objetivo deste trabalho - verificar a existência de políticas e manuais de classificação em bibliotecas nacionais que cooperem com a BN, e suas diretrizes para processamento de livros antigos -, aplicamos o questionário nas bibliotecas cooperantes com a FBN.

Das cinco bibliotecas contactadas, apenas três responderam ao questionário: Argentina, Espanha e Portugal. França respondeu a um primeiro contato, mas não mais retornou às tentativas de abordagem. Na *Library of Congress*, a bibliotecária não teve autorização para preencher o questionário, mas respondeu algumas perguntas por e-mail. No início do questionário perguntamos o nome da instituição, cargo do respondente e se autorizaria a publicação das respostas, logo após dividimos o questionário em blocos: Dados gerais; Procedimentos gerais de classificação; Políticas de classificação; Classificação de livros raros/antigos (séc. XV a XVIII); Formação de profissionais; Observações finais. O primeiro bloco de perguntas do questionário correspondia à identificação dos dados gerais das instituições: nome da biblioteca, nome e cargo do respondente, data de fundação, tipo de documento que são indexados e se há projetos em andamento relacionados à atividade de indexação. Não divulgaremos os nomes dos profissionais que responderam aos questionários, somente o nome das instituições.

Logo abaixo, apresentaremos cada bloco em quadros independentes e comentaremos as respostas.

Dados gerais

Apenas a biblioteca da Argentina foi fundada no século XIX, as outras, do Velho Continente, foram fundadas ainda no século XVIII. As três instituições destacam o material bibliográfico como documentos classificados e nenhuma delas possui qualquer projeto ou estudo relacionado à classificação em andamento.

Quadro 7 – Dados gerais

Perguntas	Argentina	Espanha	Portugal
-----------	-----------	---------	----------

Data de fundação da biblioteca	1810	29/12/1711	1796
Tipo de documentos que são classificados (material bibliográfico, material não bibliográfico...)	Material bibliográfico, material arquivístico	Todos os tipos de materiais (monografias, revistas, documentos sonoros, vídeos, mapas, documentos eletrônicos, manuscritos, etc.)	Material bibliográfico
Há projetos/estudos em andamento relacionados à atividade de classificação?	Não	Não	Não

Fonte: a autora, 2023

Procedimentos gerais de classificação

As três bibliotecas utilizam a CDU como esquema de classificação, mas apenas Portugal o utiliza para localização das obras na estante, as outras utilizam símbolos próprios. Todas possuem manual para classificação, mas Portugal é a única que não disponibiliza e é a única que contabiliza o tempo da atividade de classificar. Todas realizam avaliação periódica da atividade.

Quadro 8 – Procedimentos gerais de classificação

Perguntas	Argentina	Espanha	Portugal
Qual esquema de classificação é utilizado pela biblioteca? E qual edição? (Ex. CDD, CDU...)	CDU - ed. abreviada (2016)	CDU – ed. de 2015	CDU – 3ª ed.
O esquema também é utilizado para localização dos itens?	Não	Não	Sim
Se respondeu Não à pergunta anterior, qual método de localização é utilizado?	Assinatura topográfica, criada internamente, adequada às necessidades de armazenamento	Utiliza símbolos topográficos correntes	

Dispõem de um manual de procedimentos para classificação?	Sim	Sim e está publicado	Sim. De uso interno e acesso restrito.
Se possui um manual, podemos ter acesso ao mesmo? Lembramos que nos servirá apenas como objeto de estudo e pesquisa.	Sim	Sim	Não
Há indicação sobre o tempo dedicado a este processo (classificação)?	Não	Não há tempo de referência	20 minutos por obra
Seguem alguma norma nacional ou internacional sobre classificação?	Não	Não. Os manuais e diretrizes são produzidos pela própria BN e replicados nas outras bibliotecas espanholas	Não
Os procedimentos anteriores estão descritos em algum documento da instituição? Comente.	Não	Manual de indexação da BNE. Acesso livre e gratuito.	Não
Realizam algum tipo de avaliação periódica da classificação?	Sim. Automatizado, consistência e contraste no próprio catálogo	Sim. Revisamos periodicamente os procedimentos de indexação e as autoridades competentes do BNE. Faz parte do nosso trabalho	Sim. Por amostragem. Relatório restrito.
Existem relatórios dessa avaliação?	Sim	Não	

Fonte: a autora, 2023

Políticas de classificação

Quadro 9 – Políticas de classificação

Perguntas	Argentina	Espanha	Portugal
A instituição dispõe de uma política de classificação?	Sim. Está publicado.	Sim. E está publicado.	Sim. De uso interno e restrito

Se possuem uma política, podemos ter acesso a mesma? Lembramos que nos servirá apenas como objeto de estudo e pesquisa.	Sim	Sim	Não
---	-----	-----	-----

Fonte: a autora, 2023

Classificação de livros raros/antigos (séc. XV a XVIII)

Aqui notamos três procedimentos distintos, apenas a Espanha possui equipe dedicada exclusivamente à classificação de livros antigos, embora siga o mesmo padrão de classificação do acervo corrente, assim como a Argentina. Já Portugal, não classifica essas obras, mas mantém a mesma equipe de trabalho do acervo corrente, afirma que possui diretriz específica para livros antigos, mas não disponibiliza.

Quadro 10 - Classificação de livros raros/antigos (séc. XV a XVIII)

Perguntas	Argentina	Espanha	Portugal
Há uma equipe de bibliotecários para classificar apenas livros antigos?	Não	Sim	Não
A classificação dos livros antigos segue o mesmo padrão utilizado para o acervo corrente?	Sim	Sim	Não. Não são classificados
Existem diretrizes voltadas para a classificação desse tipo de material?	Não	A política de Classificação é definida pelo Serviço de Classificação para todos os tipos de materiais, incluindo obras antigas	Sim. De acesso restrito.
Em que se baseiam essas diretrizes?		O processo de classificação de obras antigas é baseado em princípios gerais de classificação, embora o processo de catalogação e	Não respondeu.

		classificação seja realizado por uma equipe específica.	
--	--	---	--

Fonte: a autora, 2023

Formação de profissionais

A formação de profissionais é bem diversa. Chama atenção a biblioteca da Argentina, que apesar de apresentar o maior número de bibliotecários não oferece treinamentos específicos para as tarefas a serem desempenhadas.

Quadro 11 – Formação de profissionais

Perguntas	Argentina	Espanha	Portugal
Qual é o número de profissionais dedicados à tarefa de classificação? Qual é a formação dos mesmos?	27 profissionais bibliotecários de diferentes níveis acadêmicos	A equipe de Classificação é composta por 5 profissionais que definem as diretrizes da Classificação. Estes, por sua vez, capacitam os demais catalogadores para realizar a Classificação. O número de catalogadores/classificadores é variável e depende do tipo de material.	7 profissionais com licenciatura e 6 possuem especialização em Ciências documentais
Os classificadores recebem treinamento ou realizam cursos específicos sobre classificação quando começam essa tarefa?	Não	Sim. Na instituição são realizados cursos de capacitação sobre classificação, indexação e autoridades. Os cursos básicos têm 20 horas e os mais avançados podem durar mais.	Sim. Formação em contexto de trabalho por um período de 6 meses
Os classificadores recebem treinamento ou realizam cursos específicos sobre	Não	Sim. Só recebe este curso quem cataloga e classifica livros antigos. Costumam durar 20 horas, além de sanar dúvidas pontuais.	Não.

Livros antigos quando começam essa tarefa?			
--	--	--	--

Fonte: a autora, 2023

Observações finais

Apenas a biblioteca da Espanha comenta sobre sua participação no Consórcio CDU. Nenhuma instituição acrescentou algo a respeito do questionário em questão.

Quadro 12 – Observações finais

	Argentina	Espanha	Portugal
A classificação bibliográfica é amplamente debatida na instituição e país?	Não	Diferentes instituições e pessoas específicas (bibliotecários, estudantes, etc.) nos escrevem para tirar dúvidas sobre classificação, mas as políticas são definidas por nós.	É debatida na instituição, sobretudo na área de Classificação e Indexação. A CDU é também utilizada na generalidade das bibliotecas públicas, quer para recuperação dos assuntos, quer para localização dos itens nas estantes.
Deseja comentar algo mais?	Não	Simplemente que fazemos parte da Comissão Executiva do Consórcio CDU e que estamos a par das evoluções que se fazem em termos de classificação relativamente à CDU	Não respondeu.

Fonte: a autora, 2023

O que podemos destacar com essa pesquisa é a utilização da CDU para a classificação de material bibliográfico por todas as bibliotecas, diferente da BN do Brasil que utiliza a CDD, embora já tenha utilizado a CDU, como mencionamos anteriormente. Todas dispõem de profissionais qualificados para realizar a classificação, mas apenas em uma biblioteca esses profissionais são treinados no que diz respeito às especificidades do livro antigo. Todas possuem políticas de classificação e manual elaborados, mas nem todas disponibilizam ao público, e

também não disponibilizaram para essa investigação.

Com esse questionário foi possível compreender um pouco do tratamento que é dado por cada instituição à tarefa de classificação. Diante das respostas, do material enviado e dos websites das bibliotecas, seguiremos na próxima seção elencando as políticas e manuais de classificação que tivemos acesso.

5.3 Panorama da política de classificação das bibliotecas nacionais que cooperam com a FBN

Nesta seção vamos utilizar tanto a pesquisa que foi feita nos websites das instituições quanto as respostas dadas pelo contato inicial por e-mail e as respostas dos questionários.

Pesquisamos as bases de dados de todas as instituições para localizar possíveis documentos que tratassem dos sistemas de organização da informação, a seguir entramos em contato por meio dos e-mails divulgados em cada página institucional, formulando uma indagação simples: A biblioteca adota a classificação e a indexação dos livros antigos? Em caso afirmativo, qual seria o sistema utilizado? Recebemos as seguintes respostas:

Quadro 13 – Existência de documentos normativos disponíveis para acesso público.

Biblioteca	Documento normativo disponível	Tipo de documento	Website
BNA	sim	Manual de indexação	www.bn.gov.ar
BNE	sim	Manual de indexação	www.bne.es
BNF	sim	Diretrizes de prática de catalogação	www.bnf.fr
BNP	não		www.bn.portugal.gov.pt

LC	sim	Listas de classificação e indexação	www.loc.gov
----	-----	-------------------------------------	-------------

Fonte: a autora, 2022.

No quadro abaixo, mais detalhado, apresentamos os resultados encontrados nos websites ou respondidos por e-mail após o envio do questionário, pois algumas bibliotecas responderam que enviariam os documentos, mas só fizeram após novo contato. No caso da Biblioteca Nacional da França os dados foram todos retirados do website e do e-mail respondido antes do envio do questionário, visto que o questionário eles não retornaram com resposta e não mais responderam nossas tentativas de contato. A Biblioteca Nacional de Portugal não disponibiliza os documentos na página web e também não disponibilizou após o envio do questionário, apenas respondeu que possui manual.

Quadro 14 - Bibliotecas consultadas e resultados encontrados

Bibliotecas	Tipo de documento	Disponível online	Link do documento	Esquema	Livros raros
Argentina	Manual de procedimentos de Indexação e classificação	Sim	http://escritoriopt.bn.gov.ar/pdfs/BNMM-2017-DPT-Manual-INDv2.pdf	CDU	Classifica, recomenda utilizar subdivisão: Obras anteriores a 1800
Espanha	Manual de indexação	Sim	https://www.bne.es/sites/default/files/repositorio-archivos/Lista_abreviada_de_encabezamientos_de_materia_BNE_1.pdf	CDU	Classifica
LC	Listas de classificação e indexação	Sim	https://www.loc.gov/aba/cataloging/classification/ https://www.loc.gov/catdir/cpsolcco/	LCC - Classificação da Biblioteca do Congresso	Classifica
França	Diretrizes de prática de catalogação	Sim	Normas de catalogação de		Indexação e classificação de assunto

			monografias antigas file:///C:/Users/valer/Downloads/monographies_anciennes_recommandation.pdf https://www.bnf.fr/fr/catalogage-des-monographies-anciennes-description-bibliographique-et-donnees-dexemplaire		A indexação de assuntos não é obrigatória. Seu uso varia de instituição para instituição. É mais particularmente recomendado tornar o acesso às obras, pessoas, lugares e instituições objeto do trabalho
Portugal	Manual de indexação	Sim	Não há	CDU no acervo corrente	Não classifica

Ao analisar os documentos de cada instituição, em conjunto com as respostas dadas ao questionário, observamos que não existe um estudo voltado para a classificação de livros antigos. Se poderíamos chamar de padrão, a recomendação em sua maioria, é que indiquem na catalogação que se tratam de obras anteriores a 1800. Observamos o uso dessa prática ao verificarmos catalogações de obras também na Biblioteca Nacional do Brasil. Os manuais tratam basicamente de indexação, quando não, apenas catalogação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos nesta Seção as considerações finais e algumas recomendações a fim de colaborar com a continuidade das pesquisas na área de classificação de livros antigos nas bibliotecas nacionais.

A questão de pesquisa surgiu a partir de observações e discussões no ambiente de trabalho por mim vivenciado na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Brasil, sendo consenso entre os colegas de trabalho que a temática necessita de estudos que embasem as práticas de trabalho.

Destacamos a relevância das Bibliotecas Nacionais como detentoras do patrimônio bibliográfico nacional, entidades responsáveis não só pela preservação de todo o acervo bibliográfico de cada país como pela disseminação do conteúdo nele contido. Desempenham papel fundamental na consolidação da identidade cultural de um povo, a partir do momento que desenvolvem políticas de interação com a sociedade, tendo seu patrimônio reconhecido pela população que dele usufrui.

Tão importante quanto a salvaguarda das obras é o acesso a elas possibilitado, para que o acesso seja dinamizado faz-se necessário a adoção de práticas de trabalho consolidadas, mas que possam se transformar com o tempo de acordo com a evolução da sociedade. A biblioteca nacional representa tanto o passado quanto o futuro da nação, verificamos através de seu acervo essa afirmativa, uma vez que possui itens que remetem a fase anterior a invenção da imprensa como também documentos que nascem no ambiente virtual. Para qualquer tipo de suporte e período em que foi produzido há de se criar soluções para que a informação chegue ao público interessado, partindo desse princípio se desenrolou essa pesquisa, que busca entender como obras que foram produzidas entre os séculos XV e XVIII podem ser disponibilizadas atualmente sem perda de informação para o usuário.

Sendo assim, o objetivo principal dessa pesquisa foi verificar como outras bibliotecas nacionais tratam a classificação de livros antigos, se possuem procedimentos de rotina e manuais consolidados. Para tal, devido a dimensão do escopo, optamos por trabalhar com bibliotecas que tivessem afinidade com a Biblioteca Nacional do Brasil, decidimos pesquisar as bibliotecas nacionais que

possuem acordos de cooperação firmados com a FBN. Esse recorte foi necessário porque atualmente, segundo a IFLA, existem 317 bibliotecas nacionais espalhadas por todo o mundo, lembrando que o conceito de biblioteca nacional permite que haja mais de uma instituição desse tipo por país. No Brasil, possuímos apenas uma biblioteca com essa envergadura.

Para consolidar a base teórica fizemos pesquisas em algumas bases de dados em busca de pesquisas anteriores que mencionassem os assuntos classificação bibliográfica e livros antigos. Constatamos escassez de material disponível sobre esses assuntos de forma relacionada.

Para a pesquisa empírica, trabalhamos com questionários que foram enviados a cada biblioteca para que elas retornassem com as respostas que posteriormente foram analisadas e compreendem o resultado final desse trabalho.

Buscamos, afinal, traçar um panorama das práticas de trabalho desenvolvidas por outras instituições para a partir daí desenvolver uma metodologia de trabalho para a classificação das obras armazenadas na Seção de Obras Raras que estejam dentro do recorte de tempo estipulado.

Estudamos então, cinco bibliotecas nacionais e conseguimos o retorno de três respostas ao nosso questionário. Percebemos que há uma tendência de orientação da classificação, mas não há um corpus teórico em que se fundamente, ou ao menos, não nos foi informado que exista. Observamos que a indexação de assuntos se destaca em detrimento da atribuição de notação por meio dos sistemas de classificação, ainda que eles sejam utilizados. As bibliotecas que não nos responderam possuem seus documentos publicados em seus websites e de lá foi possível extrair informações úteis para o trabalho.

A partir da análise dos resultados obtidos, concluímos que há uma tendência a seguir, utilizar como documento base a Lista de Cabeçalhos de Assuntos da *Library of Congress* para indexar os documentos e seguir a orientação dessa mesma instituição de acrescentar a informação “obras anteriores a 1800” após o assunto atribuído. Essas orientações também foram percebidas na Biblioteca Nacional do Brasil ao analisarmos os catálogos.

Perante a necessidade de padronização dos processos e de documentação que oriente as tomadas de decisão e sirva de guia para os

profissionais da Seção de Obras Raras que lidam cotidianamente com a tarefa de organizar o conhecimento acumulado ao longo dos séculos pela biblioteca nacional, propomos a elaboração de um documento que contenha diretrizes para o processamento técnico das obras.

Esse documento que será apresentado no Apêndice B propõe ser um guia inicial para fomentar discussões a respeito da temática na Biblioteca Nacional, que não fique restrito à Seção de Obras Raras. Sugerimos ainda, e acrescentaremos ao documento, a elaboração de um grupo de pesquisa na Instituição com a finalidade de estudar a representação temática, seguindo o modelo do grupo de estudos de representação descritiva que já está implementado e segue com reuniões periódicas sendo composto por bibliotecários de todas as seções de guarda de acervo da biblioteca.

Esperamos que essa pesquisa possa despertar o interesse no tema e contribuir para o avanço das pesquisas nas áreas de Classificação, Indexação e de Livros Raros, e subsidiar a tomada de decisão quanto a atribuição de classificação e cabeçalhos de assuntos na representação do conteúdo dos livros raros da Fundação Biblioteca Nacional.

Consideramos disseminar o conhecimento produzido, a partir da aplicabilidade dos resultados da pesquisa no tratamento técnico do acervo da Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional, difundido por meio do seu catálogo em linha e dos produtos e serviços prestados pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – PLANOR (GAUZ, 1991), que tem entre seus objetivos orientar outras instituições sobre procedimentos de identificação, organização, tratamento técnico e gestão patrimonial, conforme normas adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional, promover cursos de capacitação profissional, organizar eventos e publicar o conhecimento científico produzido na área.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Andre Vieira de Freitas. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. In: ALVES, Ana Paula Meneses; VIEIRA, Brunno V. G. (Org.). **Acervos Especiais: memórias e diálogos**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-31. (Coleção Memória da FCL). Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.
- AZEVEDO, F. C. Perspectiva e apontamentos sobre patrimônio bibliográfico e documental. In: LOSE, A. D.; MAGALHÃES, L. B. S.; MAZZONI, V. S. de S. (org.). **Paleografia e suas interfaces**: volume 2. Salvador: Memória & Arte, 2021. Disponível em: https://1f11a6e7-5dbd-49ca-a343-4afae8a65778.filesusr.com/ugd/d9b288_42ede573232a4c088a9f84e53a0ffcb9.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.
- AZEVEDO, F. C.; LOUREIRO, M. L. N. M. Afinal, os objetos falam? reflexões sobre objetos, coleções e memória. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XX ENANCIB, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123799>. Acesso em: 19 fev. 2023.
- BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de bibliografia e documentação, 1969.
- BARRETO, A. de A. Uma história da Ciência da Informação. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 13-34.
- BARRETO, Aldo. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, out./dez. 1994.
- BARRETO, Aldo. Os agregados de informação, memórias, esquecimento e estoques de informação. **Data Gram Zero – Revista de Ciência da Informação**, v. I, n. 3, jun 2000. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/172>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- BETTENCOURT, Angela Monteiro. **A representação da informação na biblioteca nacional**: do documento tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Acordos de cooperação e parceria**. Rio de Janeiro, [20-?]. Página html da Biblioteca Nacional. Disponível em:

<https://www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn/acordos-de-cooperacao-e-parcerias>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Anais da Biblioteca Nacional. v. 103, 1984.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Ordem de Serviço-GD/ nº 12, de 25 de setembro de 1984**. Critérios para a qualificação de obra rara. Rio de Janeiro, 1984.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (Brasil). Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2014. Página html da BN Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/anais-da-biblioteca-nacional/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014**. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional... Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8297.htm?fbclid=IwAR1DF8piVpAGSVDCW7QCiy95vnYud83lz2CqNpBOdbOW8aZmjXQwdXiKCKA. Acesso em: 20 jul. 2019.

BURKE, Peter. **O que é história social do conhecimento?** São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMPANHÃ, Thaís de Oliveira Sant'Anna. **Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos:** um estudo diagnóstico. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CAMPELLO, B. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Brique de Lemos Livros, 2006.

CAVE, Roderick. **Rare book librarianship**. London: C. Bingley; Hamden: Linnet Books, [1976].

CHARTIER, Roger. **Do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

DEWEY, Melvil. **Dewey Decimal Classification and relative index**. 23rd. ed. Ohio: OCLC, 2011.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro:** da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EdUsp, 2008.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GARCIA AGUILAR, Idalia. **Secretos del estante**: elementos para la descripción bibliográfica del libro antiguo. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.

GAUZ, Valéria. **Considerações sobre o uso do catálogo principal de obras raras na Biblioteca Nacional**: subsídios para viabilizar a automação do catálogo principal e otimizar o atendimento ao público local e a outras bibliotecas. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <http://www.valeriagauz.net/images/vgauzdissert.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

GAUZ, V. O livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, DF, v.4, n.8, p.71-87, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16905>. Acesso em: 05 set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun. 2005. p. 15-36. Disponível em: http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/ressonancia_materialidade_e_subjetividade.pdf. Acesso em: 05 nov. 2020.

GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In.: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel. **Memória e espaço**: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 32 - 34.

GRINGS, Luciana. **O leigo e a especialista**: memórias da administração da biblioteca nacional nas décadas de 60 e 70. 2018. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese93.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files. Washington, D.C.: Clir Publication, 2000.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **ISBD(A)**: descrição bibliográfica internacional normalizada de monografias antigas. Tradução de Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Cultural, 1985.

INTERNET ARCHIVE: Digital Library of Free & Borrowable Books, Movies... São Francisco, Califórnia, 2019. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

JACOB, Christian. **Prefácio**. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente. 3. ed. Rio de Janeiro:

Editora UFRJ, 2008.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Símbolos e representações: a Biblioteca “do” Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 132, p. 197-208, 2016.

KARLSRUHER Virtueller Katalog = Karlsruhe Virtual Catalog. Karlsruhe, Alemanha: KIT Library, 2019. Disponível em: <https://kvk.bibliothek.kit.edu/index.html?lang=en>. Acesso em: 19 jul. 2019.

KAULA, Prithvi N. Rethinking on the concepts in the study of classification. **Herald of Library Science**, Varanasi, v. 28, no. 1-2, p. 30-44, Jan.-Apr. 1984.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

LESK, M. **Practical digital libraries**: books, bytes, and bucks. San Francisco: Morgan Kaufmann. 1997.

LIBRARY OF CONGRESS (USA). **Library of Congress Subject Headings**. Washington, DC, 2019. Disponível em: <http://id.loc.gov/authorities/subjects.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.

LYONS, Martyn. **A nova cultura da imprensa**. In: _____. Livro: uma história viva. São Paulo: SENAC, 2011.

MANGUEL, Alberto. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MCKITTERICK, David. **The invention of rare books**: private interest and public memory, 1600-1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

MCLLWAINE, I. C. **Guia para utilização da CDU**: um guia introdutório para o uso e aplicação da Classificação Decimal Universal. Brasília: IBICT, 1998. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/772/6/Guia%20para%20utiliza%c3%a7%c3%a3o%20da%20CDU.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MEDEIROS, M. B. B.; CAFÉ, L. M. A. **Organização da informação ou organização do conhecimento?** 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/176535>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MONTE-MÓR, Janice. Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-170, 1987. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8069>. Acesso em: 05 ago. 2019.

MORAES, Rosana Portugal Tavares de. **A representação do conhecimento**

em espaços multidimensionais: uma investigação de princípios teóricos a partir de autores fundacionais da organização do conhecimento. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10205>. Acesso em: 20 out. 2019.

MORAES, Rubens Borba. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1979.

MORIARTY, Kate Simpson. Descriptive Cataloging of Rare Materials (Books) and its predecessors: a history of rare book cataloging practice in the United States. Dissertação (Biblioteconomia) – Escola de Informação e Biblioteconomia, Universidade da Carolina do Norte, Chapel Hill, 2004. Disponível em: https://cdr.lib.unc.edu/concern/masters_papers/rj4307802. Acesso em: 30 nov. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, v.10, dez. 1993. p. 07-28.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 21, p. 291-312, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38822662.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

PINHEIRO, Ana Virgínia. **A ordem dos livros na biblioteca**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.

PINHEIRO, Ana Virginia. Ciência, arte e técnica: todos os ângulos da Paleografia na Biblioteconomia de Livros Raros. In: LOSE, Alicia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (Org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte: Edufba, 2018. p. 60-73. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26224>. Acesso em: 20 jul. 2019.

PINHEIRO, Ana Virgínia. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: ALVES, Ana Paula Meneses; VIEIRA, Brunno V. G. (Org.). **Acervos Especiais: memórias e diálogos**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-31. (Coleção Memória da FCL). Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

PINHEIRO, Ana Virginia. Metodologia para inventário de acervo antigo. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 123, p. 9-31, 2003. Disponível em: <http://planorweb.bn.br/documentos/ARTIGOS/inventarioacervoantigoanavirginia.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

PINHEIRO, Ana Virginia. Musas errantes: tesouros da Antiguidade Clássica no labirinto da Biblioteca Nacional Brasileira. In: SILVA, Maria de Fátima; AUGUSTO, Maria das Graças de Moraes (coord.). **A recepção dos clássicos em Portugal e no Brasil**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 69-81. Série

mito e (Re)Escrita: estudos monográficos. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/recep%C3%A7%C3%A3o_dos_cl%C3%A1ssicos_em_portugal_e_no_brasil. Acesso em: 18 jul. 2019.

PINHO, Fábio Assis. **Fundamentos da organização e representação do conhecimento**. Recife (PE): Editora Universitária UFPE, 2009.

RODRIGUES, Maria Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 110-125, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846/0>. Acesso em: 05 nov. 2020.

ROUYEYRE, Édouard. **Connaissances nécessaires à un bibliophile**: accompagnées de notes critiques et de documents bibliographiques. 5. ed. Paris: Ed. Rouveyre et G. Blond, 1899.

SANTOS apud MELLO, José Alexandre Teixeira de. Esboço histórico [da Secção de Impressos e Cartas Geographicas]. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Catalogo da Exposição permanente dos cimelios da Bibliotheca Nacional**. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger, 1885.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Wanessa Oliveira da. **Proposta para entrada de dados da catalogação de livros antigos na Base Minerva do sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

TEIXEIRA, H. D.; GARCIA, N. de M.; RODRIGUES, M. C. Critérios de raridade bibliográfica: problemas, metodologias e aplicações. **Biblos**, [Rio Grande, RS], v. 32, n. 1, p. 134-145, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/8288/5460>. Acesso em: 24 set. 2021.

WORLDCAT.ORG: The World's Largest Library Catalog. Dublin, Ohio: OCLC, 2019. Disponível em: <https://www.worldcat.org/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Organização do conhecimento no universo dos livros antigos: uma análise das circunstâncias teórico-práticas da classificação na Biblioteca Nacional do Brasil e bibliotecas nacionais cooperantes

Convidamos sua instituição a participar da pesquisa intitulada “Organização do conhecimento no universo dos livros antigos: uma análise das circunstâncias teórico-práticas da classificação na Biblioteca Nacional do Brasil e bibliotecas nacionais cooperantes”. Trata-se de um projeto de pesquisa de mestrado, que pertence ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no Brasil, da pesquisadora Valéria Alves de Freitas Werneck (FBN/Brasil - e-mail: valeriaafreitas@yahoo.com.br), orientada pelo Professor Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (UNIRIO - e-mail: mlmiranda@unirio.br). O objetivo do estudo é verificar a existência de políticas e manuais de classificação em bibliotecas nacionais que cooperem com a Biblioteca Nacional do Brasil, e suas diretrizes para processamento de livros antigos, ou seja, produzidos entre os séculos XV e XVIII. Ciente da relação que a biblioteca de sua instituição possui com a Biblioteca brasileira e considerando sua importância para a coleta de dados e base empírica deste projeto, solicitamos sua autorização para participação na pesquisa.

Autorização de participação

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, e como representante legal da Instituição, tomei conhecimento do projeto de pesquisa: "Organização do conhecimento no universo dos livros antigos: uma análise das circunstâncias teórico-práticas da classificação na Biblioteca Nacional do Brasil e bibliotecas nacionais cooperantes ", sob responsabilidade da pesquisadora Valéria Alves de Freitas Werneck, e cumprirei os termos da Resolução Conselho Nacional Saúde 466/12 (Brasil) e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.

*Obrigatório

1. Nome da Biblioteca e País ao qual pertence *

2. Nome, cargo e e-mail do Responsável (respondente) *

3. Autoriza que as respostas deste questionário sejam usadas em nossa pesquisa? *

() Sim, autorizo

() Não autorizo

Dados Gerais

4. Data de fundação da biblioteca

5. Tipo de documentos que são classificados (material bibliográfico, material não bibliográfico...)

6. Há projetos/estudos em andamento relacionados à atividade de classificação?
*

Procedimentos de classificação

7. Qual esquema de classificação é utilizado pela biblioteca? E qual edição? (Ex. CDD, CDU...) *

8. O esquema também é utilizado para localização dos itens? *

() Sim

() Não

9. Se respondeu Não à pergunta anterior, qual método de localização é utilizado?

10. Dispõem de um manual de procedimentos para classificação? *

() Sim, e está publicado

() Sim, mas é de uso interno dos profissionais. Não é público

() Não temos manual

11. Se possui um manual, podemos ter acesso ao mesmo? Lembramos que nos servirá apenas como objeto de estudo e pesquisa. Não será usado para outros fins.

e-mail para contato: valeriaafreitas@yahoo.com.br; mlmiranda@unirio.br ;

() Sim, vamos enviar

☐ É de acesso restrito. Não podemos enviar

☐ Não temos manual

12. Há indicação sobre o tempo dedicado a este processo (classificação)? *

☐ Sim

☐ Não

13. Se respondeu Sim à pergunta anterior, quanto tempo?

14. Seguem alguma norma nacional ou internacional sobre classificação? *

☐ Sim

☐ Não

15. Se respondeu Sim à pergunta anterior, qual norma nacional ou internacional?

16. Os procedimentos anteriores estão descritos em algum documento da instituição?

Comente. *

17. Realizam algum tipo de avaliação periódica da classificação? *

☐ Sim

☐ Não

18. Se respondeu Sim à pergunta anterior, de que tipo? Comente. *

19. Existem relatórios dessa avaliação? *

☐ Sim, somente interno

☐ Sim, está publicado. É público

☐ Não existem relatórios

Política de classificação

20. A instituição dispõe de uma política de classificação? *

- ☐ Sim, e está publicada
- ☐ Sim, mas é de uso interno. Não é pública
- ☐ Não temos política de indexação

21. Se possuem uma política, podemos ter acesso a mesma? Lembramos que nos servirá

apenas como objeto de estudo e pesquisa. Não será usada para outros fins.

E-mail para contato: valeriaafreitas@yahoo.com.br

- ☐ Sim, vamos enviar
- ☐ É de acesso restrito. Não podemos enviar
- ☐ Não temos política

Classificação de livros raros/antigos (livros dos séculos XV à XVIII)

22. Há uma equipe de bibliotecários para classificar apenas livros antigos? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

23. A classificação dessas obras segue o mesmo padrão utilizado no acervo corrente? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

24. Se respondeu Não à pergunta anterior, qual é o procedimento adotado? *

25. Existem diretrizes na instituição voltadas para o processamento técnico desse tipo de material? *

26. Se sim, em que se baseou a decisão?

Formação de profissionais

27. Qual número de profissionais dedicados à tarefa de classificação? Qual a formação dos mesmos? *

28. Os classificadores recebem treinamento ou realizam cursos específicos sobre classificação quando começam essa tarefa? *

() Sim

() Não

29. Se respondeu Sim à pergunta anterior, comente. (tipo de curso, duração etc)

30. Os classificadores recebem treinamento ou realizam cursos específicos sobre

Livros antigos quando começam essa tarefa? *

() Sim

() Não

31. Se respondeu Sim à pergunta anterior, comente. (tipo de curso, duração etc)

32. Os classificadores recebem cursos de formação contínua? *

() Sim

() Não

33. Se respondeu Sim à pergunta anterior, comente. (tipo de curso, duração etc)

Observações

34. Deseja comentar algo a mais?

**APÊNDICE B - DIRETRIZES PARA ESTUDO DA CLASSIFICAÇÃO DE
LIVROS ANTIGOS NA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL**

DIRETRIZES PARA ESTUDO DA CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS ANTIGOS NA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Elaborado por Valéria Alves de Freitas Werneck sob a orientação do Professor
Doutor Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Rio de Janeiro

2024

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	2
2 INTRODUÇÃO	3
3 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	4
4 REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA NA FBN E NA SEÇÃO DE OBRAS RARAS.....	5
5 CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	6
6 LIVRO ANTIGO.....	7
7 DIRETRIZES PARA O PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS ANTIGOS NA SEÇÃO DE OBRAS RARAS.....	8
REFERÊNCIAS.....	11

1 APRESENTAÇÃO

Este documento é fruto da Dissertação de Mestrado defendida por Valéria Alves de Freitas Werneck no Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB) do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) sob a orientação do professor Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda. A Dissertação sob o título “A organização do conhecimento no universo dos livros antigos: um panorama da classificação na fundação biblioteca nacional e bibliotecas cooperantes”, teve como objetivo verificar a existência de políticas e manuais de classificação em bibliotecas nacionais que cooperem com a BN, e suas diretrizes para processamento de livros antigos. Destarte, como produto da pesquisa, é apresentado o documento “Diretrizes para a classificação de livros antigos na Fundação Biblioteca Nacional (Brasil)” no intuito de orientar as tomadas de decisão na Seção de Obras Raras, a fim de padronizar as atividades voltadas para a classificação dos livros mais antigos do acervo. O público alvo desse documento é, sobretudo, a equipe da Seção de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional.

2 INTRODUÇÃO

Quando se pensa em coleções de memória, patrimônio histórico, de valor inestimável, a preservação é, geralmente, o que norteia o tratamento desses acervos, mas além de preservar devemos disseminar o conteúdo dos documentos. Quando falamos de livro antigo esse conteúdo engloba também a materialidade da obra e não só a parte textual.

A classificação bibliográfica é um dos instrumentos que o bibliotecário pode utilizar para auxiliar na identificação do documento e disseminar seu conteúdo, mas é preciso que seja realizada por profissionais preparados para que as coleções recebam tratamento adequado e não sejam “ignoradas”.

Desse modo, a proposta que segue tem por finalidade provocar o interesse e instigar o estudo da classificação e da história do livro, é voltada principalmente, para a equipe da Seção de Obras Raras, ainda que algumas sugestões sejam direcionadas também aos bibliotecários que processam o acervo geral da FBN. Ainda que haja especificidades em cada acervo especial, a biblioteca deve ser pensada como um todo, a despeito da complexidade que exige.

Pretendemos que esse seja um passo importante para fomentar discussões e incentivar a criação de manuais de serviço que possam ser não só utilizados internamente como divulgados para todos os interessados no tema. O processamento técnico é um trabalho minucioso que precisa ser orientado e ter continuidade, utilizando-se das regras já existentes e adequando-se às necessidades que surgem com o tempo. Um catálogo uniforme é primordial para a organização e disseminação dos itens do acervo, facilita o trabalho do bibliotecário e do pesquisador.

Seguimos, apresentando um histórico e questões relevantes para a abordagem das sugestões, levando em conta que não se pretende esgotar o assunto ou criar um manual nesse momento, mas sim embasar discussões para se chegar a esse resultado dentro da instituição em um futuro próximo. Ao concluir a pesquisa não vislumbramos, apesar de identificar uma tendência, um modelo de classificação que pudesse ser adotado pela FBN no que diz respeito a classificação bibliográfica dos livros antigos.

3 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

A Biblioteca Nacional do Brasil é a instituição cultural brasileira mais antiga do país, com mais de 200 anos de história, se difere das demais bibliotecas nacionais pela forma como foi constituída, sua formação remonta à biblioteca real portuguesa, que com cerca de 70 mil volumes era considerada uma das melhores do mundo Europeu, sendo vista como “ícone da monarquia” (SCHWARCZ, 2002, p. 34).

A biblioteca migrou para o Brasil e aqui aportou, parcialmente, com a família real em 1808, o restante do acervo veio em mais duas etapas, em 1810 e 1811. Por ocasião da nossa independência em 1822, com retorno da família real à Europa, a biblioteca ficou no Brasil e o governo imperial, em 1825, acertou sua compra através de empréstimo firmado junto à Inglaterra de vultoso montante, 800 contos de réis, que foi pago à Coroa portuguesa. (GRINGS, 2018).

Durante as décadas seguintes muitos acréscimos foram feitos, por doação ou compra, fazendo com que a biblioteca se tornasse uma das maiores do mundo e a primeira da América Latina. Atualmente, possui uma coleção de mais de 9 milhões de itens compostos por livros, manuscritos, periódicos, fotografias, mapas, gravuras, partituras, entre outras mídias e está em permanente crescimento.

A Biblioteca Nacional possui "a dupla missão, aparentemente contraditória, de salvaguarda do livro e de garantia de acesso" (CAMPOS, 1997 apud PINHEIRO, 2003).

4 REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA NA FBN E NA SEÇÃO DE OBRAS RARAS

Durante seus 200 anos de existência a BN utilizou alguns sistemas para a representação temática, tais como: o sistema Brunet, o Plano do Catálogo Sistemático da Biblioteca Nacional, a CDU e a CDD, este último em vigor desde 1945 (BETTENCOURT, 2014).

Atualmente, o Centro de Processamento Técnico (CPP) é o responsável pelo tratamento técnico do acervo corrente, já as coleções especiais, como: Cartografia, Iconografia, Manuscritos e Obras Raras, são armazenadas e processadas separadamente nos locais de guarda apropriados para cada tipologia.

Hoje, a biblioteca adota para a classificação dos registros bibliográficos a 23ª edição da CDU e utiliza também o Catálogo de Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional, uma lista de cabeçalhos de assuntos baseada na *Library of Congress Subject Heading* (LCSH).

Campanhã (2021) cita que o Setor de Classificação possui um documento chamado “Normas e decisões internas”, que se assemelha ao manual da Biblioteca Nacional da Espanha. Nele, constam algumas decisões da equipe sobre os processos de indexação e classificação, mas voltado para o acervo corrente. Esse documento não está disponível a pessoas que não pertençam ao Setor.

Atualmente, a Seção de Obras Raras não realiza a indexação e classificação de suas obras, não há registro exato de quando essa medida foi tomada nem o motivo da decisão.

Sendo assim, a partir das diretrizes desse documento pretende-se fomentar discussões sobre o tema em busca de soluções para a classificação das obras antigas localizadas na Seção de Obras Raras.

5 CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

De acordo com Ranganathan (2009, p. 254) “é necessário que a classificação seja abrangente, envolvendo todo o saber passado e presente.”

Para Foulcaut (2016) classificar é voltado ao tempo, à memória, à reflexão, à continuidade.

A classificação bibliográfica precisa acompanhar através dos tempos a evolução e o surgimento de novas áreas do conhecimento, uma vez que o pensamento humano e a ciência estão em constante evolução e precisam ser codificados.

É fato recorrente que “muitas vezes os organizadores das bibliotecas não sabem onde guardar alguns livros, pairando em dúvida entre dois ou três locais igualmente apropriados.” (BURKE, 2016, p. 85). Esse tipo de indecisão ocorre na organização de qualquer tipo de acervo, não é uma prerrogativa do livro antigo - impressos artesanalmente, desde o advento da tipografia, em cerca de 1440 (LYONS, 2011, p. 55) até antes de 1801 (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1985) - apenas se manifesta de forma mais rotineira no processo que envolve a representação dessas obras.

Segundo Barbosa (1969) “classificar é na realidade, a tarefa mais importante de uma biblioteca, pois constitui o meio pelo qual os livros são utilizados”, ou seja, permite que o livro seja localizado facilmente tanto pelo bibliotecário como pelo usuário, uma vez que a classificação bibliográfica se ocupa da organização em classes de assuntos, ao mesmo tempo que se preocupa com a disposição física das obras.

Representar o conhecimento significa substituir uma entidade, nesse caso o conteúdo de um livro, por um símbolo que o identifique, ou seja, que represente a informação que está contida nesse objeto. Essa representação é realizada pela classificação e indexação, que são atividades fundamentais do processamento técnico de uma biblioteca e essenciais para a recuperação da informação.

6 LIVRO ANTIGO

O livro antigo, para alguns autores, é aquele produzido a partir da invenção da imprensa, em meados do século XV até o início do século XIX (LYONS, 2011), (CHARTIER, 1998), incluindo assim a produção de incunábulos, que são os primeiros livros impressos, entre 1455 e 1500. Outros, são reticentes quanto à inclusão dos incunábulos na definição de livro antigo, devido às suas características tipográficas ainda bem semelhantes aos manuscritos, vide Faria e Pericão (2008),

“livro antigo é designação atribuída aos livros que foram produzidos desde a invenção da imprensa até o início do século XIX. De modo mais precioso, e uma vez que os incunábulos constituem uma produção tipográfica à parte, não só pelas suas características próprias, mas também pelo seu tratamento catalográfico, pode-se dizer que o livro antigo abrange as obras impressas desde 1501 até 1800 inclusive.”

Durante os séculos XVI e XVIII o processo de produção de livros ainda é inteiramente manual, “desde o papel até a capa” (CATALDO, 2019, ENANCIB). Como afirma Sant’anna (2001) “um livro antigo carrega em si mesmo as marcas da sua forma de produção artesanal”, a materialidade do livro antigo é cada vez mais objeto de estudo de pesquisadores, não só seu conteúdo textual, mas suas ilustrações, seus métodos de produção, seu papel, a tinta utilizada, encadernação, todos esses detalhes representam a história e a cultura das sociedades da época em que foi produzido e devem ser levados em consideração no momento de sua descrição (MORIARTY, 2004).

7 DIRETRIZES PARA O ESTUDO DE CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS ANTIGOS NA SEÇÃO DE OBRAS RARAS

- Problema

Ausência de metodologia de trabalho que contemple a classificação das obras antigas da Fundação Biblioteca Nacional, armazenadas na Seção de Obras Raras.

- Objetivo

Sugerir aos profissionais da FBN um direcionamento quanto a adoção de métodos e práticas de trabalho que possam solucionar o problema apresentado.

- Alcance

Todos os profissionais que trabalham com a representação da informação devem estar familiarizados com as práticas e métodos utilizados, bem como empenhados em desenvolvê-los e aplicá-los, no caso em questão, a equipe da Seção de Obras Raras e demais bibliotecários envolvidos com a temática em outras áreas de acervo.

- Contexto

É necessário detalhar como está funcionando a instituição e quais são os seus pontos fortes e fracos para a implementação do plano de trabalho, levantando os pontos a seguir:

- 1- Recursos: levantamento dos recursos humanos e materiais de que a biblioteca dispõe para implementar uma nova etapa de trabalho que demanda estudo e tempo dos seus profissionais.
- 2- Cultura da instituição: identificar a missão e os valores que devem ser seguidos e que guiarão a construção dos métodos de trabalho.
- 3- Usuários: identificação dos usuários que utilizam a biblioteca, sobretudo os que pesquisam livros antigos, para entender como se colocam em relação às pesquisas que demandam.

- Desenvolvimento

Para além do estudo e da identificação de métodos utilizados e consagrados por outras instituições é preciso acima de tudo saber identificar sua própria missão e a quem ela deseja alcançar. Para isso sugerimos que as primeiras ações que devem ser tomadas antes da elaboração de um documento que guie o passo a passo da classificação dos livros antigos são as seguintes:

1- Proposta de criação de um grupo de pesquisa sobre representação temática que englobe profissionais de todas as áreas de acervo, tanto de acervo corrente quanto de acervo especializado, para estudo e debate das práticas vigentes e elaboração de novos métodos de trabalho, que reflitam sobre:

- histórico do processamento técnico da BN;
- contexto atual de trabalho;
- técnicas e práticas utilizadas;
- etapas do processamento;
- tempo dedicado a cada etapa do processo;
- conhecimento de bibliografia material e história do livro;
- conhecimento das regras e manuais vigentes de classificação;

2- Estudo de usuários que frequentam a Seção de Obras Raras para identificar o perfil atual dos pesquisadores que buscam obras antigas e raras, a fim de identificar:

- seus métodos de pesquisa
- familiaridade com o sistema de busca da BN
- nível de instrução formal
- motivação para a pesquisa
- conhecimento do acervo da BN
- preferência por consultas presenciais ou online
- interesse no serviço de referência

Levando em consideração o resultado da pesquisa de Mestrado, identificamos nas outras bibliotecas nacionais o uso de um padrão de classificação que se baseia na classificação da Biblioteca do Congresso

Americano, assim como a BN do Brasil, embora as outras instituições utilizem a CDU, enquanto a BN do Brasil utiliza a CDD.

A Biblioteca Nacional de Portugal não classifica as obras, mas não forneceu nenhum manual ou documento que oriente essa tomada de decisão, mas afirmaram que possuem.

Ressaltamos que a BN do Brasil não classifica os livros antigos atualmente e não possui uma orientação por escrito para tal procedimento. A não classificação faz com que a BN se aproxime da BN de Portugal e uma pesquisa direcionada a essa instituição seria essencial para o andamento dos estudos sobre esse tema na BN brasileira. A história da nossa instituição e nosso acervo está intrinsicamente ligada a Portugal, como já foi apresentado.

Concluimos que a apresentação material do livro antigo e a evolução do conhecimento colaboram para a falta de uniformidade nos registros bibliográficos. Essa falta de uniformidade dificulta a implementação de regras que englobem soluções para problemáticas tão distintas, mas é inegável que a ausência de um padrão a ser seguido dificulta a recuperação dos itens. Ademais, outros elementos influenciam na representação das obras, como a cultura institucional e a experiência do profissional, elementos variáveis.

À vista disso, manuais de serviço que estabeleçam padrões são necessários para otimizar os processos e garantir a uniformidade dos registros e conseqüentemente dos catálogos, além de viabilizar a continuidade do trabalho. Um documento formal, publicado e difundido é recurso gerencial que garante a construção da memória institucional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de bibliografia e documentação, 1969.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. **A representação da informação na biblioteca nacional: do documento tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

BURKE, Peter. **O que é história social do conhecimento?** São Paulo: Editora Unesp, 2016.

CAMPANHÃ, Thaís de Oliveira Sant'Anna. **Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos: um estudo diagnóstico**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Afinal, os objetos falam? Reflexões sobre objetos, coleções e memória. **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, v. 20, 2019

CHARTIER, Roger. **Do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: EdUsp, 2008.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GRINGS, Luciana. **O leigo e a especialista: memórias da administração da biblioteca nacional nas décadas de 60 e 70**. 2018. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese93.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **ISBD(A): descrição bibliográfica internacional normalizada de monografias antigas**. Tradução de Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Cultural, 1985.

LYONS, Martyn. **A nova cultura da imprensa**. In: _____. Livro: uma história viva. São Paulo: SENAC, 2011.

MORIARTY, Kate Simpson. Descriptive Cataloging of Rare Materials (Books) and its predecessors: a history of rare book cataloging practice in the United States. Dissertação (Biblioteconomia) – Escola de Informação e Biblioteconomia,

Universidade da Carolina do Norte, Chapel Hill, 2004. Disponível em: https://cdr.lib.unc.edu/concern/masters_papers/rj4307802. Acesso em: 30 nov. 2022.

PINHEIRO, Ana Virginia. Metodologia para inventário de acervo antigo. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 123, p. 9-31, 2003. Disponível em: <http://planorweb.bn.br/documentos/ARTIGOS/inventarioacervoantigoanavirginia.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.